

UFPel

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS



Dissertação de Mestrado

**Uma prática educacional que nasce na fábrica
produz uma conscientização e um adestramento a
partir de Paulo Freire.**

Maristel Carrilho da Rocha

Pelotas, 2007.

Maristel Carrilho da Rocha

Uma prática educacional que nasce na fábrica produz uma conscientização e um adestramento a partir de Paulo Freire.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gomercindo Ghiggi

Pelotas, 2007.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gomercindo Ghiggi (Presidente/Orientador)

Prof. Dr^a. Maria Augusta Solin Gonçalves (Unisinos)

Prof. Dr. Álvaro Luiz Moreira Hypolito (UFPel)

Prof. Dr. Avelino da Rosa Oliveira (UFPel)

Prof. Dr. José Fernando Kieling (UFPel)

Dedicatória

Dedico esta pesquisa a todos aqueles que me apoiaram , incentivaram, contribuíram para que conseguisse concluir, logo são eles: em primeiro lugar meu pai que foi a base de minha pesquisa, Jorge Cunha da Rocha, que hoje infelizmente não esta entre nós, meu marido José Roberto da Cruz Tunas, minha mãe Otilia, minhas irmãs Liliane, Rosimere e minha afilhada Ana Laura que souberam compreender minhas ausências. E a mais tolerante de todas, a minha filha Maria Eduarda que entre uma mamada e outra, permitia que eu terminasse a pesquisa, pois dormia.

Agradecimentos

Tenho a agradecer primeiramente a Deus por permitir que eu realizasse esta pesquisa, logo após meu orientador Gomercindo Ghiggí, que teve “paciência” com meu ritmo de trabalho. Já o meu colega e amigo para todas as horas Martinho muito Obrigada por “tudo”. Aos integrantes do grupo FEPRÁXIS muito obrigada por suas contribuições em minha pesquisa. Aos alunos-trabalhadores que foram meus pesquisados, muito obrigada por sua disponibilidade e contribuição nessa pesquisa.

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo analisar um projeto de escolarização na e a partir da fábrica, sob o ponto de vista da produção de novas consciências. Após várias observações, entrevistas e participação ativa com os trabalhadores num espaço educacional criado pela empresa, percebi os mais diversos tipos de consciência. Este espaço educacional iniciou na empresa e logo após foi transferido para uma instituição educacional privada, que foi selecionada pelos empresários. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir dos seguintes objetivos: caracterizar interesses dos empresários com um projeto de escolarização em seu ambiente empreendedor; elucidar a vida dos trabalhadores fora e dentro da empresa, participando do projeto, tendo como foco a escolarização; analisar o projeto de escolarização na empresa verificando se o mesmo este adentra e/ou conscientiza. Utilizei considerações freirianas para análise dos dados. A partir dessa experiência, com o projeto educacional na fábrica, chego à principal conclusão: a escolarização na e a partir da fábrica produz um adestramento e consciência crítica, nos alunos-trabalhadores. No momento em que a escolaridade é patrocinada pelo empresário e os trabalhadores utilizam este espaço para ampliar seus conhecimentos, identificam-se como objeto de manipulação empresarial, mas reconhecem-se emancipados intelectualmente no momento em que lutam por justiça em seu ambiente de trabalho. Reconhecem que o empresário está lhes oferecendo uma escolarização, mas com objetivos capitalistas de mercado. Reconhecem que o empresário ganha e o trabalhador também no momento que retornam à escola e convivem com outros alunos/trabalhadores que possuem angústias semelhantes às suas. A partir destas observações percebo que o método da prática educacional que contribuirá para a produção da consciência crítica do trabalhador, não pouco indo “de” encontro aos interesses do empresário, é central para o processo de percepção de si que ocorre com o aluno-trabalhador.

Palavras-chave: escolarização, trabalho, conscientização.

Abstract

This research aims to analyze an education project in the factory since the point of view of new consciences production. After several observations, interviews and activities with workers in an educational space created by the company, we noticed different kinds of conscience. First, the educational space was in the company and soon it was transferred to a private institution selected by the enterprisers. This research was conducted through following objectives: to characterize the enterprisers' interests in an educational project in his/her enterprising atmosphere; to elucidate the workers' life out and inside the company, participating in the project; to analyze the educational project in the company verifying if it trains and/or domesticate. For analysis, we used freirean considerations of the data. Starting with that experience, with the educational project in the factory, we reached the main conclusion: the education in/since the factory, produces, simultaneously, domestication and critical conscience in student-workers. When the education is sponsored by the enterpriser and workers use this space to enlarge their knowledge, they identify as object of business manipulation, but they are recognized as intellectually emancipated when they struggle for justice in her atmosphere work. They recognize that the enterpriser is offering them an education, but with market capitalist objectives. They recognize that the enterpriser has advantages and so does the worker who has the opportunity to return to school and to live together with other students/workers that have the same distresses. Since these observations, we noticed that the method of the educational practice will contribute to workers' critical conscience and to the enterpriser's interests is meaningful for the perception process that happens with the student-workers.

KEY-WORD: education, work, understanding.

Lista de abreviaturas e siglas

5ª Coordenadoria Regional de Educação - 5ª CRE

5ª Delegacia de Educação - 5ª DE

Centro Federal Educação tecnológica - CEFET

Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens - DAER

Educação de Jovens e Adultos - EJA

Filosofia, Educação e Práxis Social – FEPráxis

Ministério da Educação e Cultura – MEC

Projeto de Escolarização na Fábrica - P.E.F

Serviço Nacional Aprendizagem Industrial – SENAI

Serviço Social da Indústria - SESI

Universidade Federal de Pelotas - UFPel

SUMÁRIO

Resumo	5
Introdução	6
1. Trilhando caminhos, narrando histórias e uma prática educacional na “fábrica”.	10
2. A Educação de Jovens e Adultos em tempos neoliberais	27
2.1 Dialogando sobre E.J.A para trabalhadores, segundo sistema “S”	34
2.2 O projeto escolarização desejado pelos empresários	36
2.3 Descrevendo um projeto de escolarização na e a partir da fábrica.	38
2.4 Um projeto de escolarização numa fábrica.	41
3 – Um Projeto Educacional da fábrica.	45
3.1 - Como os trabalhadores se integraram na escola selecionada pelos empresários?	45
3.2. Recortes realizados na pesquisa	49
3.2.1 – Sujeitos do projeto frente à escolarização na fábrica e/ou na escola	52
3.3 Ambiente de escolarização: da fábrica à escola.	56
3.4 A estrutura pedagógica da empresa e da escola: sobre “ambientes educacionais”	60

4. Uma prática educacional pode conscientizar alunos-trabalhadores	63
4.1 Um projeto de escolarização criado por empresários pode adestrar seus trabalhadores.	69
4.1.1 Influência da família	69
4.1.2 – Desvalorização ao sindicato	72
4.1.3. A escolarização qualifica para o mercado de trabalho	75
4.2 Um projeto de escolarização criado por empresários pode conscientizar trabalhadores	78
4.2.1 Família participativa na formação do educando/trabalhador	78
4.2.2. Uma representação sindical mais democrática, participativa	80
4.2.3. Escola e a aquisição de conhecimento	84
5. Conclusão	90
6. Referências	94
7. Apêndice	98
8. Anexos	102

Descrevendo a trajetória dessa pesquisa.

No decorrer de minha trajetória profissional, surgiram várias angústias e questionamentos sobre a viabilidade de um projeto educacional no meio empregador, sob o patrocínio da empresa.

Tendo em vista que os empresários buscam a escolarização para seus funcionários com o objetivo de estimular o companheirismo e a qualificação da mão-de-obra, o projeto começou na sede da própria empresa, através de uma educadora contratada pela mesma, desenvolvendo-se num horário após o trabalho, o qual visava desenvolver nestes trabalhadores o hábito de estudar, de buscar mais conhecimento e autonomia.

Partindo do projeto de escolarização e da prática educacional nesse ambiente, foram analisadas as contribuições, em especial à escolarização na vida desses trabalhadores, dentro e fora da empresa, com relação ao adestramento e à conscientização do grupo pesquisado.

Visando compreender a participação desses trabalhadores, investiguei como eles se percebem em relação às mudanças em suas vidas, isto é, ao horário de convívio familiar, ao lazer, etc, antes e depois da participação nesse projeto, inseridos num recinto empregador que passou a lhes oferecer escolarização.

Refletindo sobre o projeto de escolarização empresarial, questiono-me acerca da composição da consciência crítica nesses trabalhadores. A que interesses atende uma prática educacional que tem origem no espaço empresarial? Que contribuições um projeto de escolarização pode oferecer aos trabalhadores com relação a sua escolarização, fora e dentro da empresa?

Observando o contexto no qual está inserido o projeto, a análise de minha prática educacional e o que almejam esses empresários e esses trabalhadores com a escolarização, deparei-me com vários obstáculos impostos pela gerência com relação ao desenvolvimento da consciência e/ou adestramento do operário, tais como: ambiente controlado, falta de liberdade de expressão, de confiança e de interesses.

Os diversos motivos do retorno à sala de aula e/ou do investimento em escolarização, tanto por parte dos trabalhadores como por parte da empresa,

comprovam que os interesses são distintos, mas comuns quando se trata de um trabalhar a favor do “aperfeiçoamento” do ambiente empresarial. E é assim que as empresas, às vezes, delegam à educação diversas incumbências, como, por exemplo, a responsabilidade sobre o crescimento econômico do país. Buarque (1991, p.61), observando esta tendência capitalista com relação à situação econômica e social, tendo como responsável a educação, salienta:

Nas últimas décadas, influenciado pelo pensamento funcional-eficientista dos Estados Unidos e da Europa ocidental, a quase totalidade de nossos economistas assumiu a posição de considerar os assuntos sociais, especialmente a educação, como um instrumento do crescimento econômico.

Os alunos-trabalhadores pesquisados comentam que a escola regular é mais tradicional e linear do que este ambiente de sala de aula criado dentro da empresa. Mas a diferença a que eles estão se referindo é com relação à falta de um momento para discussão e para relato de suas angústias em sala de aula, o que não garante um ensino inovador no sentido de viabilizar a emancipação humana, pois depende também da prática do professor. Sobre isso, afirma-nos Gentili (1998, p. 104):

As perspectivas neoliberais mantêm esta ênfase economicista: a educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimento e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho.

A partir de algumas inquietudes, como “*qual seria a contribuição de um projeto de escolarização na vida de um trabalhador?*”, dei continuidade¹ e busquei embasamento em minha prática para esta pesquisa, analisando um conjunto de fatores que constituem o projeto na fábrica e as contribuições de minha prática na da escolarização, e assim percebo os mais diversos níveis de consciência, estas contribuições, transcrevo falas de trabalhadores que expõem a importância perspectiva da produção de consciência de si dos trabalhadores. Para ilustrar segundo Freire. Transcrevo a fala do trabalhador “A” (Informação Verbal)², quando expõe seu retorno à sala de aula: “voltei a estudar para ajudar meus filhos

¹ Em setembro de 2004, comecei a cursar a pós-graduação em nível de especialização em educação na FaE-UFPel, na qual realizei uma pesquisa sobre os interesses de empresários com escolarização para seus trabalhadores, da qual utilizei vários indícios para atual pesquisa.

nas tarefas escolares; sem estudo não consigo”. Trabalhador “B” (Informação Verbal) relata a sua angústia em sentir-se coagido com relação ao estudo, dizendo: *“se eu não vier à aula ELE³ vai lá no setor me cobrar presença; meu emprego tá em jogo”*.

Esses são alguns motivos que os alunos apontam para justificar o retorno à escola, os quais contribuem para a análise do estágio de conscientização devido ao posicionamento do trabalhador perante à sua situação frente ao processo de escolarização.

Os empresários, patrocinadores do projeto de escolarização, possuem interesse na educação, porém valoriza apenas a necessidade de companheirismo. Questiono-me com relação à consciência desse trabalhador a partir desse interesse: que tipo de conscientização, segundo Freire, encontramos nesse espaço? Acontece conscientização ou adestramento? No decorrer da minha prática pedagógica desenvolvida no projeto, surgiram novas inquietações e perspectivas com relação à escolarização, embora encontrasse outros focos ilustrativos.

Apesar de ser desenvolvida em contexto empresarial que visa o lucro, criando um espaço educacional para seu funcionário e que visa incentivos fiscais para a empresa, acredito que seja possível a mudança na consciência desses trabalhadores a partir de práticas pedagógicas que estimulem a sua criticidade. Nos primeiros encontros em sala de aula, percebi uma consciência ingênua, devido aos seus posicionamentos com relação à utilização de novas concepções de aprendizagem, espaços de discussão, questionamentos e liberdade de expressão. Em minha ação busco uma prática que vá ao encontro do que Freire (1996, p. 34) afirma:

Não há para mim, na diferença e na “distância” entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, em ruptura, mas uma superação. A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica.

² Informação Verbal extraída de uma conversa informal na sala de aula em 05/03/04.

³ Refere-se ao gerente responsável pelo projeto na empresa.

Ainda cabe registrar que realizei esta pesquisa motivada por concepções que me acompanham desde a infância, pois meu pai, no decorrer de minha formação escolar básica, sempre relacionava o estudo ao trabalho, isto é, se não estudássemos iríamos trabalhar, embora para ter um emprego melhor, na sua visão, dependesse da escolarização.

Essa relação entre trabalho e educação germinada desde minha infância é motivo que organizo esta pesquisa. Nessa empresa, observei que os empresários, hoje, buscam na educação a solução para a crise econômica. Contudo, esboço a importância, para esses trabalhadores, em retornar à sala de aula e a contribuição que esse espaço pode proporcionar na formação de um cidadão consciente de si e de seu papel social no conjunto das relações não apenas do trabalho(empresa), mas na sociedade como um todo.

1. Trilhando caminhos, narrando histórias e uma prática educacional “na fábrica”.

Retomando a minha trajetória de vida para compreender qual é a relação entre a educação e o trabalho no projeto educacional inserido no ambiente empresarial, logo percebo que as histórias de minha infância se fazem presentes no meu dia-a-dia, enquanto educadora de alunos/trabalhadores numa empresa.

Lembro-me que, no decorrer de minha infância, meu pai sempre dizia: “Se tu reprovares este ano vais trabalhar “naquela” fábrica aqui perto de casa”, ameaça temida por mim e por minhas irmãs.

Os anos foram passando, não fui reprovada na escola, e as escolhas profissionais levaram-me a ser docente em uma empresa, isto é, a ser professora de matemática para trabalhadores, então alunos de um projeto de escolarização. E foi assim que me reporte à infância.

Ingressei na primeira série numa escola pública sem ter cursado o “pré” ou “jardim de infância”, nomenclatura utilizada à época. Era uma escola pequena, mas muito receptiva, onde só havia “séries iniciais”. Assim que concluí esta etapa de escolarização, minha irmã e eu fomos matriculadas em uma escola distante de nossa residência, cujo espaço físico era “grande e assustador”, sentimento devido ao fato de estarmos acostumadas com ambientes menores, onde todos se conheciam...

No novo espaço a afetividade já não era a mesma, uma vez que o número de alunos era maior que na outra escola. Também necessitávamos de ônibus para fazer o trajeto escolar, o que fazia com que nos sentíssemos livres, adultas, responsáveis, pois íamos sozinhas de casa até a escola e vice-versa, sem o acompanhamento de minha mãe. Concluída a 6ª série, houve outra mudança. Fomos matriculadas no Instituto de Educação Assis Brasil, onde concluímos o ensino fundamental e médio.

Desde a infância alimentava um sonho, o de ser professora. Ao brincar de colégio, como chamávamos na época a escola, com minhas irmãs e amigas, eu era sempre a professora, pois acreditava que o professor era uma pessoa superior a seus alunos, isto é, detentor do conhecimento, e por isso ele ensina. Meus pais me apoiaram quando escolhi meu futuro profissional, oferecendo todo o incentivo para a escolarização e realização do meu sonho. Eles também alimentavam seu sonho, acreditavam que só estudando poderíamos resolver os problemas socioeconômicos e atingir a ascensão profissional que é um privilégio de quem possui condições para pagar ou matricular-se em uma escola de boa qualidade. Na citação a seguir, Ghiggi, Hack e Tambara (1992, pg.31) dizem que:

...a educação tornou-se elitista; refinada e exigente para a classe proprietária; reduzida a um treinamento “do que fazer” para as massas populares. Configurou-se, assim uma educação diferenciada, não tendo mais o caráter espontâneo mas sim coercitivo, com o objetivo claro de garantir o “status”; à classe dirigente, a riqueza e o saber; aos demais, o trabalho e a ignorância.

Na tentativa de furar o ciclo de uma educação “de qualidade” para a elite e a “de ignorância” para o proletariado, os meus pais desejavam oferecer-nos uma escolarização que, no futuro, propiciasse um bom emprego e um bom salário, buscando escapar da rede que o capitalismo nos impõe, lógico na qual aquele que possui condições financeiras terá melhor escolarização.

Percebo que meu sonho é resultado do incentivo de meus pais para a escolarização, pois o nosso cotidiano era marcado pela sua fala que faziam a retrospectiva de um passado no qual estiveram privados de oportunidade de estudo. Por isso, diziam repetidas vezes: “eu e tua mãe não tivemos oportunidade de estudo devido às dificuldades financeiras de nossos pais”.

Minha mãe estudou somente até a terceira série do ensino fundamental, porque meu avô dizia: “homem é que estuda, mulher tem que saber cozinhar e bordar”. Já meu pai dizia que só queria fazer bagunça na escola. Viveu sua infância “livremente” em Canguçu, pois, trabalhava com meu avô, mas nada tão regrado como é a escola. Havia horário para trabalhar e também para brincar. Teve dificuldade em obedecer a horários, a regras, durante a escolarização. Foi em busca de um emprego que lhe possibilitasse salário fixo, pois, naquele momento, era o que mais estava precisando. Não encontrou dificuldades em obedecer às regras que

uma empresa exige. No entanto, inseriu-se cedo no mercado de trabalho, atuando em cervejarias e indústrias, onde não foi exigida a escolarização para ser admitido. Compreendi o discurso de meu pai que dizia “não precisei de estudo para tal emprego”, ao ler Manacorda (1990, p.162): “Não é uma escola de trabalho, pois o próprio trabalho é a escola; somente se vão acrescentando a eles os aspectos intelectuais”. Com este pensamento preferiu trabalhar a estudar porque, naquela época, não sentiu necessidade da escolarização para a realização de suas tarefas. Nesse ambiente empresarial ele muito aprendeu, inclusive sua profissão.

Hoje meu pai avalia este período e percebe o quanto “perdeu” com tais atitudes. Contudo, ele trabalhou até aposentar-se na mesma fábrica de sabão que atuou ainda adolescente, obedecendo a regras, horários, padrões, produção, etc. Reconhece que poderia estar melhor financeiramente se tivesse estudado, pois, atualmente, para desempenhar um cargo de maior “status” numa empresa, é exigida uma escolarização.

A situação vivenciada por meu pai há anos, talvez, hoje, não fosse a mesma. Possivelmente ele estaria estudando, assim como os trabalhadores da arrozeira, aqui pesquisados, obrigados ou não, para assim garantir seu emprego ou para obter um emprego melhor. Minha mãe trabalhou no comércio até nascerem suas descendentes e logo se dedicou absolutamente a elas, sobretudo ao mando do marido vindo de uma cultura patriarcal, em que o pai era o responsável pela família. Hoje esta situação não é tão presente devido à busca da mulher por sua autonomia. O sistema capitalista exige uma renda familiar maior e a mulher passou a querer, e até mesmo a se obrigar, emancipar-se profissionalmente.

Cresci num ambiente onde a importância dada aos estudos estava sempre atrelada a um emprego melhor, ou seja, ter uma boa situação financeira. Meu pai dizia: “*se vocês não estudarem vou arrumar uma vaga (ou seja, um emprego), para vocês na empresa de doces*”, pois residíamos a pouca distância de uma fábrica de doces, onde, nos períodos da safra⁴, as mulheres passavam todas vestidas de branco, com touca, botas e máscara. Percebia-se que começavam a trabalhar cedo e voltavam para suas residências tarde, cansadas. Comentavam que seus padrões eram autoritários, que não se podia conversar, nem lanchar e que o lema era

⁴ Período de maior produção devido ao mês de colheita de algumas frutas.

“produzir, produzir e produzir”. Isso era temido por nós que somente estudávamos e, de repente, estaríamos subordinadas a regras e horários rígidos.

Lembro-me de ficar diversas vezes indignada com tamanha falta de sensibilidade dos patrões para com seus funcionários, por ver toda aquela exploração e pensava que não poderia ser reprovada na escola, senão o meu futuro seria aquele que estava bem à minha frente.

Refletia acerca de que a pouca escolaridade daquelas operárias teria alguma relação com tal exploração, pois era o que se ouvia das pessoas, inclusive de meus pais - “elas não estudaram, têm o emprego que merecem”. Hoje percebo que para os operários há grande relação entre educação/trabalho, pois estas não tinham consciência sobre sua posição na empresa ou tinham consciência mas, não tinham como mudar a tal situação.

Assim, é através do trabalho, como relação ativa com a natureza, que o homem é criador de si próprio; e criador não apenas da sua "existência material", mas também do seu modo de ser ou da sua existência específica, como capacidade de expressão ou de realização de si (FREIRE, 1996).

Será que o fato de não terem estudado, aquelas operárias da fábrica de doce, condenava tais pessoas à submissão? Se estudassem, permaneceriam nessa condição?

Será que a solução estaria na participação num projeto educacional, com conteúdos adequados às necessidades do empresário/trabalhador? Segundo Marx, citado por Ghiggi, Hack e Tambara, (1992, p.100): “Apenas matérias como ciências naturais, gramática, dando ênfase aos conteúdos científicos que permitam uma compreensão geral do mundo natural e humano”, contribuiria para a formação profissional e pessoal dessas operárias e logo seriam mais valorizadas por seus patrões.

Por conhecer histórias de pessoas com pouca escolaridade as quais assumiram cargos ou exerceram alguma função de destaque⁵, continuei meus estudos, focando para a escolarização dos trabalhadores, em busca de respostas para tal diversidade com relação à educação/trabalho, ou seja, uma educação para

qualificar a mão-de-obra, ou ainda, uma educação para melhorar financeiramente. Entretanto, as dúvidas acerca deste assunto prevaleciam.

Segui com meus estudos e na Escola Estadual Instituto de Educação Assis Brasil cursei o tão desejado Magistério, pois acreditava que, sendo professora, poderia ajudar as pessoas que não tiveram acesso à escolarização na idade regular, como, por exemplo, aquelas operárias da empresa perto de minha residência. Cattani (1996, p. 137-8) refere-se à necessidade da educação, dizendo:

... o ser humano precisa da educação para crescer moralmente, para libertar-se da opressão e da dependência das leis arbitrárias. É sobretudo através da educação que é possível oportunizar a igualdade de oportunidades.

Enquanto educadora, no atual período da minha formação, hoje concordo com Cattani quando refere-se à educação como redentora, pois analisava a lógica de que educação e trabalho são indissociáveis para a formação integral do homem⁶. Concluí o curso de Magistério e percebi que sozinha não solucionaria os problemas com relação à educação para todos, que é uma luta permanente dos educadores e todos aqueles que vêem na educação a possibilidade de amenizar as diferenças sociais. Mas a educação também abre horizontes, faz com que as pessoas sejam mais críticas. Assim passei a perceber o curso do Magistério com outros olhos, que me remeteu a Freire (1996, p.110), quando afirma:

....a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento*.

Não analisava de modo crítico esta educação que me foi ofertada que, muitas vezes, tem como objetivo moldar o educando para que no futuro obedeça a regras, sem muito questionamento, e tenha atitudes de companheirismo. Esses objetivos foram alcançados no decorrer de minha formação, com o desenvolver das aulas, isto é, atividades que não proporcionam o desenvolvimento do senso crítico.

⁵ Por exemplo, o gerente da empresa pesquisada que possui apenas o primário

⁶ Refiro-me à palavra homem em seu sentido pleno (ser humano) e não ao gênero, que seria masculino.

O curso de Magistério não me ofertou conteúdos na forma exigida pelo vestibular. Assim, comecei a trabalhar com o objetivo de conseguir pagar um curso pré-vestibular e ajudar na renda da família.

Foi quando me deparei com outro paradoxo: ao concluir o Curso de Magistério, em 1994, e sem experiência efetiva em sala de aula, não conseguia trabalho na área da educação.

Defrontei-me com outra exigência do mercado de trabalho ao procurar outro tipo de emprego, o qual demandava um trabalhador mais flexível, politécnico, que satisfizesse as necessidades do mercado. Percebi que precisava de experiência prática e que minha formação teórica não era suficiente. Era necessário dominar outras habilidades, pois o mais importante para o empresário era a experiência. Sobre isso, Franco (1991, p. 19) nos diz, ao trabalhar a questão da produção:

O que Taylor buscava era fazer com que aqueles que executavam o trabalho se ajustassem aos cargos descritos e às normas de desempenho, tornando, assim, supérflua a sua qualificação. Pedia ao operário que trabalhasse e não que pensasse; para a tarefa de pensar existia a “gerência científica”.

Logo, a escolaridade não é vista pelos empresários como um meio de contribuição para sua consciência crítica mas uma necessidade para o setor de produção do mercado. O essencial é ter domínio da tarefa a ser executada e autonomia em sua função na empresa. Aquelas operárias da fábrica de doces, com baixa escolarização, possuíam um elevado conhecimento técnico que não era valorizado, por que não possuíam níveis de escolaridade suficientes, conforme a compreensão que vem do mundo empresarial.

Será que a falta da escolarização dos funcionários faz alguns empresários implantarem projetos que visam suprir essa necessidade? Com base em KUENZER (1989), dependendo da função que o trabalhador exerce, é melhor que não possua escolarização. Assim, é mais fácil moldá-lo segundo os interesses da empresa. Esse empresário vai em busca de um trabalhador mais qualificado, somente para cargos que exijam maior conhecimento técnico. Sendo assim, a empresa não precisa investir em seu aprimoramento.

Quanto à minha formação, consegui um emprego numa videolocadora, onde não importava a minha formação para a função que iria desempenhar. Foi uma experiência ímpar, isto é, fora da minha formação, mas eu trabalhava muito e

ganhava pouco. Ainda com a idéia messianista, segundo Rossi, esperava ascender financeiramente através dos estudos, pois estava trabalhando, buscando investir ainda mais em minha formação para, posteriormente, poder desempenhar minha função como educadora. Sobre isso, Cattani (1996, p. 141) expõe sua idéia que vem ao encontro de minha pesquisa, ao escrever que

O trabalhador coloca sua identidade, sua saúde e boa parte da sua vida no trabalho, mas, face às imposições da relação assalariada, seu empenho, sua iniciativa e sua responsabilidade são alienados. Mesmo que o processo de produção permita mobilizar sua inteligência criativa, ele é tratado como coisa e não dispõe mais do produto do seu esforço.

Algum tempo depois, fui em busca de um emprego na minha área de formação. Trabalhei numa escola infantil, que seguia o modelo tradicional de educação, ou seja, o professor expõe e o aluno escuta aquela que tende a moldar o aluno para as necessidades do mercado de trabalho.

Mais tarde, fui convidada por um colega da graduação em matemática (UFPEl) para ministrar aulas em uma empresa de doces de Pelotas. Aceitei o desafio e saí da escola infantil. Ao assumir esta turma na empresa, pensei naquelas operárias que não tinham escolarização e estavam, na minha concepção, sendo exploradas. Quem sabe pudesse ajudar estes (as) trabalhadores (as) a libertar-se de tal situação? Essa atitude faz-me lembrar o pensamento de Freire (1996, p. 60) “Minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história...”.

Era um projeto de escolarização ofertado aos funcionários, com apoio do SESI, cujo objetivo era de prepará-los para as provas do supletivo da 5ª DE⁷. A princípio estava angustiada devido à falta de experiência em lecionar para adultos. Foi meio assustador, pois não sabia quais seus interesses e experiências com a escolarização.

Participavam do curso homens e mulheres de diversas faixas etárias e de diversos setores da empresa, num total de 25 alunos/trabalhadores. Tínhamos duas turmas, uma com 5 alunos para serem alfabetizados e outra com 20 alunos, de 4ª à 7ª série. Todos ficavam aglomerados no refeitório onde havia duas filas de mesas, permanecendo(os alunos) uns de costas para os outros.

⁷ Atual 5ª CRE, 5ª Coordenadoria Regional de Educação.

Eu, enquanto docente, corria literalmente de um lado para outro com objetivo de atender às duas turmas, simultaneamente. Quando solicitei à direção a admissão de outro professor, a empresa negou alegando que isto acarretaria em um aumento de custos e que colocaria em risco a continuidade do projeto. Estávamos perante à dicotomia educação “versus” capitalismo, ou seja, o direito do educando sendo violado, os ideais capitalistas colocados acima do direito do educando a uma educação de qualidade. Freire (1996, p. 125) defende este direito, dizendo: “...o respeito aos educandos assumido e praticado pelos educadores não importa de que escola... lutar pelo direito que tenho de ser respeitado.”. Essa abordagem de Freire descreve meu sentimento naquele momento e diante daquela situação.

Continuei desempenhando meu trabalho, mas buscando alternativas para melhor atuar para que não prejudicasse o educando, criando horários alternados para as turmas, assim evitando correrias.

Neste período, comecei a refletir criticamente sobre minha prática pedagógica, mais precisamente sobre a educação para adultos, onde há outros interesses e outras vivências, tanto na escola quanto na vida.

Sabemos que o educando quando chega à escola, na idade regular ou não, possui um conhecimento adquirido, fruto de sua experiência de vida que precisamos valorizar e contribuir para o seu aprimoramento, mas a escola desconsidera esta escolarização da vida, sua bagagem de conhecimento, aquilo que o acompanha desde a infância.

Minhas inquietações juvenis com relação à Educação de Jovens e Adultos e ao Projeto Educacional na fábrica levaram-me a leituras nesta área, pois estava à procura de respostas, particularmente acerca da importância que tem a educação para o trabalhador e para o empresário, quando este investe em educação para seus trabalhadores.

Foi no Curso de Licenciatura Plena em Matemática que frequentei disciplinas relacionadas à educação, tais como filosofia, psicologia e metodologias de ensino. Essas leituras ampliaram minha visão e reflexão sobre educação e, assim, mais dúvidas foram surgindo para a possível solução de minhas indagações sobre o Projeto Educacional dentro da empresa.

Passei a observar e analisar os vários motivos que levaram estes trabalhadores à evasão escolar, desde trabalhar com os pais para ampliar a renda familiar, até o próprio desprezo, depreciação que sofriam pela escola. Num período

de 1960 à 1980, o estudo não tinha muita importância para conseguir um emprego: o necessário era ser forte para agüentar a rotina do trabalho, segundo depoimento de um aluno-trabalhador que está se aposentando. Agora, pergunto, estão em busca de uma escolarização por opção ou coação da empresa?

Comecei a perceber que o tempo de aprendizado dos educandos são distintos, inclusive do meu, que estava às vezes num ritmo e eles em outro. Eu desconhecia esta diferença, mas leituras me auxiliaram na minha prática. No decorrer do Projeto, também tínhamos o apoio do SESI.

As reuniões com a coordenadora pedagógica do SESI tinham por objetivo auxiliar-nos em nossas laboriosas atividades de sala de aula e desfazer nossas angústias. Era o momento em que discutíamos, além dessas dificuldades, também a situação aflitiva de um diálogo com os empresários. Ela nos auxiliava e recomendava alguns livros. Foi quando li, pela primeira vez, uma obra de Freire, a “Pedagogia da Autonomia”, que muito contribuiu para minha prática pedagógica ao expor a respeito dos saberes do educando e seu tempo de aprendizado, pois desconhecia estas diferenças; a partir deste aprendizado, minhas aulas foram mais preocupadas com o apreender do educando, assuntos estes que, no curso de Licenciatura Plena em Matemática, não havíamos discutido.

A partir dessa leitura, fui em busca de outras obras de Freire que contribuíram na minha pesquisa, tais como: “Educação e Mudança”, “Pedagogia do Oprimido”, “Professora Sim, Tia Não” e outras. Estas obras instigaram-me a discutir sobre o meio onde estou inserida, a minha prática educacional, a consciência dos trabalhadores, com os quais atuava a busca pela escolarização que, em algum momento, foi por opção e, em outro momento, talvez, por coação.

Assim, reflito o meu passado, isto é, a minha infância, quando meu pai mostrava-nos a importância da escolarização para ele, dizendo: “hoje quem tem estudo tem mais chance de arrumar um bom emprego, pois o mercado competitivo exige uma mão-de-obra qualificada e as escolas têm esta responsabilidade”. O pensamento de meu pai encontra-se numa “consciência intransitiva”, segundo Freire, porque preocupa-se com a satisfação de suas necessidades básicas, tal como aqueles trabalhadores da empresa pesquisada.

A partir desta experiência na empresa de doces com operários, despertou-me o gosto pela docência na linha dos Projetos de Escolarização para Jovens e Adultos trabalhadores. Refiro-me a jovens e adultos, os alunos-trabalhadores da fábrica de

doces, cuja faixa etária está entre 18 e 65 anos e cujos objetivos eram os mais diversos, entre eles: titulação, coação pelo medo de perder seu emprego, “status” na empresa, melhoria de salário, auxílio aos filhos na escola e busca de emancipação social. Era um desejo e uma esperança ser professora, para ajudar aquelas operárias da fábrica de doces, perto da minha residência, a refletir em um futuro melhor.

Depois de dois anos foi encerrado o Projeto de Escolarização. O motivo foi a troca de direção. Após uma conversa com atual direção, percebi que os interesses eram outros com relação ao investimento na escolarização de seus funcionários. A direção que assumiu a empresa de doces disse que “o aprendizado escolar do trabalhador é da responsabilidade do mesmo, e não obrigação da empresa em ofertar este espaço educacional. Se precisar de mão-de-obra mais qualificada, irei buscar”. Nesse sentido, para a função que estes trabalhadores desempenham não se faz necessário maior cognição. Lembro-me da fala de Oliveira (2003, p. 59): “Para os representantes da elite o máximo que se deve ofertar para os mais pobres é o Ensino Fundamental... [grifo meu]⁸ possa agregar valor a sua força de trabalho ”. Esta fala descreve o que pensei diante do gerente da empresa, sem condições de pelo menos discutir a questão, mas compreendi que ofertar uma escolarização para os trabalhadores para ele, o gerente, não é de sua responsabilidade.

A partir do que expõe o autor acima, comecei a perceber que a educação pode ser vista pelo empregador como uma ameaça, de modo que o trabalhador que pensa de maneira crítica será mais difícil de manipular. Sobre este assunto, Oliveira (2003, p. 48) afirma:

O empresário quando critica o ensino ao mesmo tempo se interessa em auxiliar, isto é, contribuir, financiar, logo toma para si o controle do ensino, a oferta, que seja de sua necessidade (interesse), isto é, vivenciado quando fala em privatizar as Universidades..

Esta citação vem ao encontro da conjuntura vivida nesta empresa de doces, que serviu para perceber que a minha trajetória acadêmica não poderia ser de forma modesta, sem buscar mais informações do que as ofertadas pelos professores, situação em que não me encontrei, pois no decorrer do curso participei de diversas atividades extra-curriculares.

⁸ Nas citações onde aparecerem expressões enxertadas entre [] significa grifo de minha inteira responsabilidade.

A disciplina Laboratório de Ensino do Curso de Licenciatura Plena em Matemática proporcionou atividades em sala de aula, como desenvolver conteúdos abstratos da matemática, com uma turma do Curso de Pedagogia da UFPel. Partimos do princípio de que a grande maioria destas alunas encontra dificuldades em matemática, segundo informação da professora responsável pela disciplina, e que de modo inconsciente poderão transmitir o conhecimento matemático de forma insegura ou até incorreta e acabar reforçando o conceito de que a matemática é difícil e não tem aplicabilidade no cotidiano.

Encontramos algumas acadêmicas com dificuldade em certos conteúdos matemáticos, o que me preocupou. As falas com relação à matéria foram as mais diversas, tais como: “tenho dificuldade em compreender certos conteúdos, mas temos que ensinar”. “Onde vou usar estes conteúdos”?

Embora na prática pedagógica encontre dificuldade em algum conteúdo, devo sempre buscar resolvê-la, relacionando o conteúdo com o cotidiano do aluno, ou seja, com o que acontece fora dos muros da escola. Desse modo, as aulas tornam-se mais interessantes e produtivas. Freire (1996, p.71), referindo-se ao respeito pelos saberes do educando e do educador que devem se encontrar, diz: “o respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola.” Essas palavras de Freire levam-nos a refletir sobre nossas atitudes e valores com relação aos saberes do educando.

Realizei atividades lúdicas na Escola Estadual de 1ª grau Dr. Antônio Leivas Leite com uma turma de adultos trabalhadores do Ensino Médio noturno. Estes não apresentaram resistência, mas, sim, apreciaram as atividades. Foi quando observei que, independentemente da idade do aluno, a aula com participação ativa torna-se prazerosa.

Lembrando a importância do diálogo, a valorização das experiências e dos saberes do educando, o professor é o mediador que precisa desenvolver as práticas educacionais, tendo estes valores e atitudes enraizadas principalmente com turmas de E.J.A, composta por trabalhadores que, na maioria das vezes, passaram por experiências traumáticas na sua infância escolar ou retornaram por exigência do sistema econômico vigente.

Avaliando minha formação, lembro-me de que, no início do curso de Licenciatura Plena em Matemática, alguns professores incentivavam-me a participar

de vários Projetos Educacionais, os quais contribuíram para realização do estágio⁹, pois havia desenvolvido várias atividades em sala de aula.

No estágio desenvolvi minhas aulas como havia aprendido no curso, mas, deparei-me com um programa fechado de conteúdos, com os quais eu deveria trabalhar e cumprir no decorrer do bimestre, indiferente ao tempo de aprendizado do aluno; preocupei-me devido a turma ser da E.J.A, cujos alunos estavam afastados da escola há muito tempo.

A partir das leituras e atividades realizadas no decorrer do curso, cheguei à conclusão de que posso ter autonomia para desenvolver meu trabalho, sempre respeitando o educando. A esse respeito, Freire (1996, p. 71) diz:

Ao pensar sobre o dever que tenho, como professor, de respeitar a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade em processo, devo pensar também, como já salientei, em como ter uma prática educativa em que aquele respeito, que sei dever ter ao educando, se realize em lugar de ser negado.

Tenho como base em minha prática docente o respeito ao educando, isto é, sempre levando em consideração suas experiências, suas dificuldades, interesses, pois são alunos-trabalhadores, com uma jornada de trabalho de oito horas, na faixa dos quarenta anos, “em busca de conhecimento”. Estávamos nesse espaço empresarial buscando e apreendendo novos conceitos e inclusive as soluções para os nossos questionamentos, as quais fluíam naturalmente, devido a ser um trabalho participativo.

O conteúdo preconizado foi desenvolvido dentro do prazo, sem torná-lo como algo essencial, pois meu interesse era a apreensão do conhecimento por parte do educando/educador. Segui em minha prática o pensamento de Freire (1996, p.65): “...exercitaremos tanto mais e melhor a nossa capacidade de aprender e de ensinar quanto mais sujeitos e não puros objetos do processo nos façamos”. Essa reflexão vem ao encontro do que penso com relação aos conteúdos estudados: só terão sentido quando relacionamos, de modo crítico, os conteúdos com o mundo.

Mas aquela inquietação com relação à educação dos trabalhadores ampliou-se no estágio, porque era uma turma do primeiro ano do Ensino Médio, à noite, constituída por alunos na faixa de quarenta anos, em busca de formação, titulação e

⁹ Escola Estadual de 1ª grau Dr. Antônio Leivas Leite.

conhecimento. Percebi que o desejo de alguns discentes, com relação à escolarização, era semelhante aos sonhos dos operários da empresa de doces, isto é, conseguir emprego ou garantir o emprego já conquistado.

Nesse período realizei atividades com essa turma, na área da matemática, de modo útil àqueles alunos, ou seja, uma matemática onde o aluno cria situações que precisa resolver, respondendo a questões como: “para que serve a matemática?”. Buscava desmistificar esta disciplina que não pouco causa pavor a muitos estudantes. Acredito, entretanto, que embora o tempo fosse curto, consegui desenvolver um bom trabalho, pois não estudávamos somente o que estava no programa curricular, mas discutíamos sobre os conteúdos, as maneiras de resolver os problemas, ou seja, os mais diversos assuntos e, por isso, acreditando na possibilidade de mudança. Neste sentido, concordo com Freire (1996, p.110) quando diz: “sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo...”.

Ao retornar do estágio percebi que a maioria dos acadêmicos, isto é, os meus colegas que não participavam de projetos, passaram quatro anos só absorvendo o conteúdo tornando-se alunos de consciência ingênua, fanática, portanto aceita formas prontas, estáticas, de forma simplista, sem ir ao encontro da prática, isto é, ao encontro de escolas para colocar em exercício o que estávamos aprendendo na Universidade ou através em participação de projetos educacionais que instigavam à pesquisa. Optaram por uma “educação bancária” como diz Freire, sempre esperando o depósito, isto é, aguardando do educador o conhecimento que o aluno, de modo passivo deve receber. A maioria dos meus colegas encontrou dificuldade no estágio devido a não ter exercido a docência no decorrer do curso através da participação de projetos interdisciplinar.

Ao concluir o curso de Licenciatura Plena em Matemática, fiquei um pouco desapontada, pois, tratando-se de um Curso de Licenciatura, pensei que avançaria além da formação técnica, exata, que a matemática apresenta, na perspectiva de que o futuro profissional trabalhará, além de números, com seres humanos que possuem sentimentos, dificuldades e tempos diferentes de aprendizado. Percebi tudo isso na prática em sala de aula e não nas demonstrações de fórmulas que devíamos aprender.

Participei do Projeto de Ensino “Rodoviário na Escola”, no DAER¹⁰, em 2002, que oferecia um espaço educacional aos seus funcionários, partindo do Sindicato da categoria a iniciativa de proporcionar escolarização para os seus trabalhadores, tendo como objetivo inicial um curso preparatório para as provas do curso Supletivo (ensino fundamental e médio) da 5ª CRE, convidada a ministrar a disciplina de Matemática. As aulas eram realizadas na sede da empresa¹¹.

A partir dessa experiência, comecei a fazer leituras sobre a educação de trabalhadores e percebi que a explanação dos conteúdos a adultos não pode ser feita de modo tradicional, infantilizado. Na maioria das vezes, os educadores acabam alfabetizando pelo método que utilizam com crianças, na faixa etária de sete anos de idade, desconsiderando que nossos jovens e adultos possuem conhecimentos, porém não-titulados, isto é, com certificado, diploma, e fragmentados em disciplinas como matemática, português, etc. Esses saberes devem ser integrados com os conteúdos a serem trabalhados pelos educadores. Assim, há relação do conteúdo à sua vida cotidiana.

Há uma diferença nessa empresa com relação à anterior. Nessa, havia uma relação sindical, com grande participação dos operários. O sindicato buscava uma educação que emancipasse, ou seja, através do projeto de escolarização, transformar o trabalhador passivo em crítico e efetivamente participativo, visando a emancipação humana. Com isso, haveria, em suas assembléias, trabalhadores mais críticos e conscientes da sua situação na empresa, gerando indícios de uma consciência crítica, segundo Freire. Infelizmente, no início do ano de 2003, devido à troca de governo, o projeto foi encerrado. O sindicato não teve autonomia para continuá-lo, embora tenha sido um projeto de grande extensão: começou em Pelotas e logo difundiu-se pelos demais distritos do DAER. Mas o atual governador Germano Rigotto, da oposição, extinguiu as atividades e o que antes era domínio da política sindical passou a ser partidário, enfim, não houve nenhum espaço para diálogo com essa atual administração da empresa.

No contato com esses trabalhadores, identifiquei algum interesse com relação à educação, desde concurso interno do DAER para elevação na carreira, ganhos financeiros, até uma consciência crítica em relação ao sistema capitalista,

¹⁰ DAER – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens.

¹¹ Todas as segundas-feiras das 8 h às 12h, os trabalhadores eram liberados neste horário para estudar, sem acarretar descontos ou acréscimos em seus serviços.

que nos exige cada vez mais formação e qualificação adequadas aos interesses do sistema. A experiência na empresa de doces e no DAER levou-me a constatar que esse tipo de Projeto de Escolarização, dentro das empresas, possui diversos interesses por parte dos empresários e trabalhadores.

Embora este ambiente educacional esteja abrindo um espaço para discussão e reflexão dos trabalhadores, poderá também atender aos interesses empresariais que, na maioria das vezes, deseja apenas titular seus trabalhadores. Acredito que o modo como são ministradas as aulas e os interesses dos alunos-trabalhadores serão decisivos para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou a uma consciência intransitiva, instigando a reflexão crítica sobre os diversos assuntos ou atendendo aos mais diversos interesses empresariais e/ou políticos.

De fevereiro de 2002 até março de 2005, trabalhei numa empresa, com Ensino Fundamental e Médio. Como docente, buscava os mesmos objetivos de trabalho realizado junto ao DAER, embora o projeto na empresa tenha surgido a partir dos interesses empresariais, a fim de oferecer um espaço educacional que estimulasse o companheirismo entre os trabalhadores. Ocorria no interior da empresa, após o encerramento do horário de trabalho.

Os trabalhadores dessa empresa eram, na maioria, provenientes da zona rural (como os trabalhadores do DAER) e hoje moram perto do local onde trabalham. Pessoas com suas vidas dedicadas ao serviço e à família, isto é, estão sempre à disposição do patrão. Percebe-se que possuem uma consciência fanática, segundo conceito de Freire, com relação à empresa.

O relato a seguir, é do trabalhador da atual empresa a qual estou trabalhando, que irá ilustrar o nível de consciência em que se encontra, quando diz: *“trabalho e chego em casa, tomo um chimarrão, janto e durmo cedo para descansar, para no outro dia ter condições de trabalhar”*.

Quando percebi, estava ali, num ambiente em que tinha “medo” de trabalhar. Era uma empresa que utilizava uniformes, regras, exatamente aquele ambiente descrito por meus pais no decorrer de minha infância.

Nesse momento, tudo me veio à memória como se fosse um filme da minha infância, em que relacionava educação e trabalho. Eu estava ali, mas não na condição de operária, porque “estudei”. Estava ali como educadora, o que não me eximiu de ser explorada e oprimida por normas impostas pela empresa, pois estava

num ambiente empresarial, sendo tratada como uma funcionária que devia produzir, assim como os operários. Mas sendo uma educadora que tem por objetivo central trabalhar com uma educação libertadora, que auxilia no processo de produção da consciência de si e do mundo, como nos ensina Freire, segui em busca deste objetivo.

Aos poucos, fui transformando a idéia que esses trabalhadores da empresa tinham de sala de aula, isto é, de escola, pois eram todos oriundos de uma formação tradicional, linear, na qual sua opinião, à época, era descartada e todos deveriam obedecer e acreditar em tudo que o professor afirmava. Logo comecei a instigá-los ao diálogo ou a exporem suas idéias. Não foi muito fácil, pois vinham com a idéia de somente escutar, como pessoas que não possuem um conhecimento prévio. A partir da primeira aula, conversávamos sobre diversos assuntos, como futebol, violência, mão-de-obra assalariada, exploração, ALCA, sexualidade, política, influência da religião, etc.

Vivenciei e percebi que o aprendizado ocorre a partir dos interesses do aluno e da valorização dos seus conhecimentos, contribuindo para sua emancipação.

A partir da análise acima, minha preocupação era pesquisar sobre educação de adultos trabalhadores na empresa, cujos interesses de empresários e trabalhadores são os mais distintos com relação à educação. Perguntei-me, centralmente sobre as contribuições que minha prática educacional poderia dar para esses trabalhadores. Ao aprofundar meus estudos e pesquisa com esse grupo de trabalhadores e empresários, surgem várias questões, tais como: um projeto de escolarização na fábrica adentra ou conscientiza? Que mudanças no convívio familiar desses trabalhadores este projeto propicia? Há um interesse de dominação, por parte do empresário, sobre esse trabalhador, usando a escola? E, centralmente, que contribuições uma prática educacional traz ao trabalhador com relação a sua escolarização na empresa?

A investigação tem como base a referência de obras de autores que pesquisam a relação educação e trabalho, tais como: Freire, Frigotto, Marx, e outros, os quais constituíram o meu referencial teórico no decorrer desta investigação.

Sendo assim, a partir das reflexões feitas sobre a importância que tem a educação para o trabalhador e para o empresário que investe em projetos educacionais para seus operários, direciono a pesquisa para minha prática

educacional. Reuni dados para caracterizar a sala de aula e os alunos-trabalhadores da empresa, os quais compõem este ambiente, ou melhor, os sujeitos dessa pesquisa, para análise, foram escolhidos somente dois alunos-trabalhadores, pois são os únicos que participam do projeto nos dois momentos, isto é, na empresa e logo após quando foi transferido para escola, pois assim contribuíram para desenvolver dessa pesquisa que analisará os dois ambientes. Pude perceber, através de relatos e observação, o nível de consciência em que se encontram esses trabalhadores, tendo como foco a escolarização. A análise foi realizada em dois momentos: antes da participação (na empresa) e durante a participação (na escola) no projeto de escolarização. Os resultados, embora abreviados, estão expostos a seguir.

2. A Educação de Jovens e Adultos em tempos neoliberais

Numa sociedade em que a classe politicamente dominante controla o Estado, a educação atende aos interesses da elite. Nessas condições, a educação tende, cada vez mais, a se afastar dos interesses gerais da população, que é o de contribuir para emancipação humana. Se analisarmos a história até os dias atuais, compreenderemos o nosso presente. Oliveira (2003, p. 59) esboça o momento que vivemos: “Visão reducionista da elite para camada mais pobre da população oferecendo uma educação profissional que lhe assegure inserir no mercado de trabalho”. O autor refere-se a uma educação mais aprimorada para os filhos da elite e “menos” para os filhos dos trabalhadores.

Na história da educação, jamais houve execução de tantos projetos educacionais, desde a era do presidente Fernando Collor de Mello até o período atual, tais como: livros didáticos, televisão na escola, trabalhos voluntários de programas do tipo “Amigos da Escola”, escola aberta, ENEM, etc. Essa política educacional tem um direcionamento diferente daquele pretendido por Freire. (FRIGOTTO, 1995) diz que os interesses por parte do governo são os mais diversos, desde o incentivo até o controle. Com isso, a educação passa a ter uma participação da comunidade junto à escola e por parte do governo um controle maior com os exames nacionais para avaliar o ensino, tendo como alvo o controle e a padronização do trabalho realizado pelos professores, desconsiderando a realidade de cada região.

A partir das décadas de 80 e 90, constata-se significativo desenvolvimento de projetos educacionais voltados às classes populares, como a criação de turmas de EJA nas escolas. Entretanto, a educação no Brasil nestas duas décadas continua elitista até o fim dos anos 90, tornando características excludentes, autoritárias, centralizadoras, mantendo a discriminação às mulheres, aos negros e às classes menos favorecidas, características de um mundo globalizado. Na década de 80 o Brasil passa a evidenciar um desconforto inflacionário que veio a melhorar na década de 90, por meio da abertura dos mercados. Neste contexto, o trabalho passa a ser visto como um valioso recurso de produção, em condições diversas dadas pelo

fordismo, mas por meio do trabalho criativo, instruído, engajado e com poder de decisão. Surge, então, a urgência em formar um tipo de cidadão mais preparado para enfrentar um mercado exigente.

Essa visão empresarial é evidenciada nas palavras de Handfas (2006, p. 224, apud PASTORE 1995, p.36-7), que, em 1994, antecipou o futuro do trabalho e do trabalhador. Para ele, “está claro que o mundo do futuro exigirá muita educação e profissionalismo polivalentes, multifuncionais, alertas, curiosos - pessoas que se comportam como o aluno interessado o tempo todo”.

A base técnica de produção fordista, que dominou o ciclo de crescimento das economias capitalistas no período pós-Segunda Guerra até o final dos anos 60, vem sendo substituída por um processo de trabalho resultante de um novo paradigma tecnológico, apoiado essencialmente na microeletrônica, cuja característica principal é a flexibilidade do trabalhador, revestido de novas características, entre as quais a do pensamento ágil, além da força física. Refletindo sobre esse momento, Handfas (2006, p. 230, apud MACHADO 2000) mostra o novo modelo de trabalhador:

Admite que existam mudanças significativas nos processo de produção, a partir do esgotamento do modelo taylorista/fordista e de sua substituição pelo modelo “flexível”, em que, diante desse quadro, “pensar em formação profissional deve ir além de pensar em treinamento, adestramento técnico (...) Deve-se agora se ater muito mais ao ‘saber-ser’, ‘saber-aprender’ do que ‘saber-fazer’.

Assim, o sistema de comunicação interliga a produção e as velhas formas de organização taylorista/fordista são substituídas por novos conceitos de ordem: qualidade e competitividade, gerando um novo perfil de trabalhador, apto a atender a todos os setores da economia, conforme a exigência do mercado. (FRIGOTTO, 1995).

Eis o porquê de várias empresas estarem investindo em projetos educacionais, em seu interior: trabalhador mais qualificado rende mais, ou seja, produz mais e melhor. Ao preocupar-se com educação, esses empresários recebem incentivos fiscais (ISO's, patrocínios..)¹², apontando que o processo desenvolva o

¹² A ISO é uma organização não-governamental estabelecida em 1947, da qual a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) é fundadora. É uma federação mundial integrada por organizações nacionais de normalização que conta, atualmente, com 124 países membros sendo 85 participantes,

“companheirismo” entre os trabalhadores, isto é, gera a instrumentalização para produzir mais “adestramento”. Ao atingir esse objetivo o empresário sente-se à vontade para encerrar o projeto educacional, pois o seu objetivo era treiná-lo para as suas necessidades empresariais e não provocar uma qualificação intelectual.

Olhando para as décadas de 60 a 80, constatamos que a escolarização do operário não era incentivada pois, segundo a elite empresarial do país, isto poderia resultar na formação de uma consciência crítica que incomodaria a ordem vigente. Identifico este pensamento em Buarque (1991, p. 53), sobre esse período da história do país:

No Brasil, a educação foi vista, desde o período colonial, como um luxo, ou um instrumento ao desenvolvimento econômico, e não uma finalidade do processo civilizatório. Por esse motivo, a educação não será prioridade no Brasil, enquanto o país não for educado para incluir a educação entre as prioridades do seu processo de modernização.

Em função dessas mudanças, o interesse dos empresários com a escolarização aumentou, mas não com o foco na conscientização, pois a escola, não raro, adentra, disciplina corpo e mente, moldando o aluno de forma harmônica, relacionando força e habilidades tecnológicas, conforme o mercado capitalista deseja. Segundo Del Pino (1996, p. 81),

Transferir ao mercado a responsabilidade pela educação significa aprofundar a exclusão social, atrelar definitivamente a escola aos valores, interesses e desmandos da economia capitalista, reproduzindo a dualidade da sociedade de classes. Essa é a perspectiva atual.

Isso não significa que não devemos investir em educação. Esse investimento, no entanto, não deve ser atrelado à lógica do mercado capitalista. Como nos diz Buarque, (1991, p. 64),

O Brasil não solucionará o problema da educação se observar suas limitações em função das contas financeiras governamentais. Estivesse o país em guerra, não se ia analisar se o governo dispunha de receita, mas se a indústria era capaz de reciclar-se para produzir as armas de que se necessitava.

Em relação à Educação de Pessoas Jovens e Adultos (EJA), a estrutura da escola na qual estava lecionando não oferece currículo específico para este grupo de educando. Ela configura-se, como detentora em si mesma do tempo de partida e do tempo de chegada, ou seja, não raro desconsidera a história do aluno que nela ingressa: suas experiências, suas possibilidades e limites, seus valores socioculturais, enfim, a vida fora da escola.

Muitas vezes, as experiências educacionais no ensino formal, voltadas aos trabalhadores, desconsideram a bagagem de conhecimento que esse aluno-trabalhador possui e acaba desenvolvendo o que Freire denominou “educação bancária”; porque os educadores “depositam” conteúdos nos educandos, que aguardam inertes o “depósito” feito pelo professor, o qual tem sua parcela de culpa neste processo, pois não instiga o educando a ir em busca de seu aprendizado. Freire (1996, p. 133-4) afirma sobre o papel fundamental do professor:

... ao ensinar o conteúdo a ou b, não é apenas o de me esforçar para, com clareza máxima, descrever a substantividade do conteúdo para que o aluno o fixe. Meu papel fundamental ao falar com clareza sobre o objeto, é incitar o aluno a fim de que ele, com os materiais que ofereço, produza a compreensão do objeto em lugar de recebê-la, na íntegra, de mim. Ele precisa de se apropriar da inteligência do conteúdo para que a verdadeira relação de comunicação entre mim, como professor, e ele, como aluno se estabeleça. É por isso, repito que ensinar não é transferir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é memorizar o perfil do conteúdo transferido no discurso vertical do professor.

Esta citação reflete não só uma prática pedagógica, mas um aprendizado que vai além do conhecimento vertical e estanque. Trata-se do mecanismo pelo qual o aluno possa apreender o objeto de estudo e elaborar o próprio conhecimento.

Esse é um dos motivos que explica o interesse dos empresários em relação à implantação de projetos de escolarização em suas empresas. Marx e Engels postulam a união do trabalho manual da indústria produtiva com o trabalho intelectual, segundo Frigotto (1995).

Em relação ao educador, concordo com Pinto (1984, p. 83), quando afirma que

... tem de considerar o educando como um ser pensante. É um portador de idéias e um produtor de idéias, dotado frequentemente

de alta capacidade intelectual, que se revela espontaneamente em sua conversação, em sua crítica aos fatos, em sua literatura oral [...] se o educador possui uma consciência verdadeiramente crítica, que não pretende se sobrepôr ao educando adulto e sim se identifica com ele e utiliza um método adequado.

Com base na citação de Pinto, percebo que a educação continua elitista, excludente, autoritária, centralizadora, mantendo a discriminação quando ofertada de modo diferenciado, como, por exemplo, ao aluno do noturno, que trabalha. Criou-se um conceito de que os professores não devem exigir muito. Isso é oriundo também dos educadores. O diretor da escola onde atualmente leciono, tem um conceito semelhante: “lembrem-se de que um daqueles senhores poderia ser o pai de vocês, não exijam tanto, pois vêm cansados e já estão quase se aposentando”. Isso é reforçado tanto pelo diretor quanto pela equipe de coordenação da escola na elaboração das aulas e, principalmente, na avaliação.

As condições sociais adversas e as seqüelas de um passado, ainda mais perverso, associam-se a inadequados fatores administrativos de um planejamento e de dimensões qualitativas internas à escolarização, e assim condicionam o insucesso de muitos alunos. A consciência dos empresários com relação ao objetivo da escolarização é algo que precisa ser aprimorado, deixando de enxergar o trabalhador como uma máquina que precisa ser programada e sim como um ser pensante que tem sentimentos. Handfas (2006, p. 231, apud RIBEIRO 1996) aponta para estas mudanças:

Como barreiras a serem enfrentadas a “cultura empresarial” caracterizada pelo autoritarismo e centralização da administração, traduzindo-se numa relação de desconfiança entre empregadores e empregado, e, em vista disso, sugere que o aumento de competitividade por meio da modernização das unidades de produção deva incluir os aspectos tecnológicos, estratégicos e culturais.

O processo de superação, isto é, com relação à consciência na busca pela educação, se faz necessário tanto por parte dos empresários como por parte dos trabalhadores. Esse interesse na escolarização provém dos empresários como forma de adestramento. Busco Franco (1991, p. 19) que nos diz: “*O grande sonho de Taylor era transformar cada trabalhador numa espécie de “gorila domesticado”, num “gorila amestrado”*”. O pensamento do autor vem ao encontro dos interesses dos

empresários e também por parte do trabalhador com relação a qualificação, ou seja, uma das formas de garantir o seu emprego. Isso se faz necessário devido às mudanças que estão ocorrendo no capitalismo, provocando o deslocamento da noção de qualificação para a de competências, tanto no âmbito empresarial como no escolar.

Esses operários, com esta “consciência fanática”, pela “entrega” em irracional, segundo Freire(1979, apud OLIVEIRA,1996), buscam na educação a garantia do seu emprego. Com relação à implantação do projeto de escolarização, tendem a se tornarem homens cada vez mais solitários, necessitando cada vez mais de uma educação humanista voltada para a formação de valores como companheirismo, solidariedade, democracia, buscando, assim a sua emancipação. Mas qual emancipação almejam? Eis a pergunta que esta pesquisa busca responder, refletindo a partir do mundo da “conscientização”.

Analisando o sistema econômico vigente, que exige um perfil de trabalhador mais flexível, ou seja, que não se aprimore em uma única função, começo a compreender o interesse dos empresários em oferecer uma educação com base funcional, ofertando escolarização a seus funcionários no seu ambiente de trabalho. Mas, às vezes, o trabalhador não sente a necessidade desta escolarização, como nos afirma Pinto (1984, p. 80):

A falta da educação formal não é sentida pelo trabalhador adulto como uma deficiência aniquiladora, quando a outra educação – o que é recebida por sua participação na realidade social, mediante o trabalho – proporciona os fundamentos para a participação política, atuação do indivíduo em seu meio [...] chegando a serem líderes de movimentos sociais.

Percebo o quanto a aproximação aluno-professor proporciona um crescimento mútuo. Observei em sala de aula, da atual escola onde ministro aulas de matemática, que há uma preocupação com a qualificação de seus educandos e, assim, é uma escola engajada, no projeto que busca a preparação do aluno para o mercado competitivo.

Estes enfoques nos revelam que o mercado de trabalho está passando por profundas transformações, pois o capitalismo vive um novo padrão de acumulação decorrente da globalização da economia e da reestruturação produtiva que, por sua vez, determina novas formas de relação entre o Estado e a Sociedade, trazendo

com isso novos desafios para a educação, ou seja, exigindo cada vez mais qualidade, com menos custo.

A educação nos revela dados com relação à influência do Banco Mundial no “Plano Decenal de Educação para todos”, no projeto da LDB, que fala sobre educação profissional, que esteve em tramitação no Congresso Nacional. São fatos que, ao serem analisados, revelam que a educação de adultos e a educação profissionalizante têm tido maior preocupação e investimento nos dias atuais. Ou seja, a educação leva os indivíduos a adaptarem-se às mudanças e a tornarem-se parte desta, sendo adestrados e moldados para as necessidades do mercado, não se importando com sua formação crítica, e recebendo o ensino primário como a sua única alternativa possível, como quer o Banco Mundial. Quando utilizo o termo adestramento busco este conceito em Duarte Junior (1981, p.25): *“Adestramento: supõe uma atividade adquirida a partir dos comportamentos amovíveis, e que é mantida de forma rígida, sempre idêntica, não sofrendo “aperfeiçoamentos” por parte do animal.”*¹³

Deixando os conservadores desse período inquietos com tal formação, logo esse processo de qualificação vai sendo substituído por um novo paradigma tecnológico, apoiado essencialmente na microeletrônica, cuja característica principal é a flexibilidade, revestida de novas características, isto é, a formação de um trabalhador que saiba além da sua função. A produção do dia sempre será, portanto, alcançada, mesmo que falte algum funcionário.

O sistema de comunicação interliga o sistema de produção, e as velhas formas de organização taylorista/fordista não têm mais lugar, estão sendo substituídas pelas idéias de “ordem”, “qualidade” e “competitividade”, e isto se refere à necessidade de um novo perfil de trabalhador, atendendo os diversos setores da economia capitalista, exigindo adaptar-se a este modelo de mercado. Kuenzer (2001, p.16), quando se refere à desqualificação do trabalhador, nos diz: *“É preciso começar a desenvolver uma nova concepção de trabalho a partir de novas formas*

¹³ A base técnica de produção fordista dominou o ciclo de crescimento da economia capitalista no período pós-Segunda Guerra até o final dos anos 60. Este foi o período em que Freire conseguiu expor seu método de alfabetização de adultos, “[...] em vez de se defrontar com frases do tipo “Ivo viu a uva”...o homem do povo, ao se alfabetizar, era levado a encarar sua realidade imediata, por meio de frases que remetiam ao seu mundo...”, segundo KONDER (1995,p.53-4), que se refere às idéias do período.

de organizá-lo, que permita encaminhar a superação da alienação do trabalhador possibilitando-lhe participar do fruto do seu próprio trabalho...”

Hoje várias empresas (arrozeiras, sindicato dos trabalhadores rodoviários, companhias de energia elétricas, empresa de transporte rodoviário, etc.) estão investindo em projetos educacionais. Alcançando seu objetivo, ou seja, após o “adestramento” não haverá motivos para a continuidade do projeto educacional na empresa; o projeto, portanto, tende a acabar.

Uma entrevista do presidente da FIESP, em 1995, transcrita por Oliveira (2003, p.51), torna compreensível os interesses dos empresários ao investir em projetos educacionais:

Sem educação, sem instrução, você não tem trabalhador devido a educação ser a alavanca no mercado....época competitiva de luta por espaço. Por mais que o empresário tente achar outras funções para educação não consegue desviar da formação de capital humano.

Então, o interesse maior do empresário ao investir em educação para seus operários está na formação de capital humano, o qual, com seu trabalho, trará desenvolvimento para a empresa onde trabalha.

2.1 Dialogando sobre EJA para trabalhadores, segundo sistema “S”.

No Brasil, a partir da década de 30, um organismo revela-se importante no processo de produção e manutenção hegemonia da classe burguesa: a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Dois aspectos demonstram a relevância da CNI no cenário nacional. Em primeiro lugar, a montagem de uma tríade pedagógica - composta pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fundado em 1942, pelo Serviço Social da Indústria (SESI), de 1946, e pelo Instituto Lodi (IEL), de 1969. Desde a sua fundação oficial (1938), a CNI vem elaborando sucessivamente propostas gerais para a sociedade brasileira, que podem ser identificadas como metas socioeconômicas (FRIGOTTO,1995).

A participação organizada dos empresários no debate educacional não é recente. Pelo menos desde a década de 30 já há investimento em educação proporcionado por diferentes empresas. No entanto, ao analisar estes dados,

percebo que o principal objetivo das propostas de participação de empresas em educação jamais se altera, isto é, as empresas objetivam mudar a formação humana para suprir as necessidades da sua classe, a empresarial, que são as necessidades de capital humano qualificado.

O desejo de um Brasil industrializado atende, por oportuno, à superação de alguns problemas brasileiros, tais como: o analfabetismo, a baixa qualidade dos produtos nacionais, o déficit na qualificação profissional. Outrossim, é preciso investir na criação de um mercado consumidor de massa e incentivar a ciência como superação da miséria.

A educação, em específico a formação profissional, também precisa ser remodelada, já que passa a ser compreendida como alavanca para a industrialização.

Na década de 1960 o Brasil avançou qualitativa e quantitativamente o processo de industrialização tão desejado. Conclui-se que o processo de industrialização não trouxe a superação dos problemas sociais do Brasil. Assim, entre as décadas de 1960 e 1980, a CNI lança a proposta de um país desenvolvido. Em torno desse objetivo, a classe empresarial passa a articular e a propor: “precisamos ser um país industrializado, mas também deixar de ser subdesenvolvido”. Chega à conclusão de que o caminho talvez seja a modernização industrial. Este período coincide com o regime militar instaurado em 1964, que lançou o Brasil em profunda crise econômica e política, apesar de seu desenvolvimento na área produtivo-industrial.

A década de 1980 foi um período de grande importância socioeconômica, pois marcou o ingresso do capitalismo numa nova fase: o padrão de acumulação flexível, segundo proposta de FRIGOTTO (2005, p. 108). Logo, a CNI lança um novo modelo para a sociedade que é a economia competitiva. Com isso, incorpora-se a reestruturação produtiva, a flexibilidade das relações de trabalho, a integração ao mercado internacional, a redefinição do sistema educacional brasileiro e o direito ao trabalho (o direito do trabalhador a ser mercadoria). Estas propostas afogaram as aspirações de liberdade humana, a serem alcançadas por meio do trabalho inteligente, em fria e egoísta necessidade de luta pela competitividade. Com as mais diversas estratégias, tentou-se construir uma sociedade industrial, desenvolvida e competitiva, com objetivo de livrar a sociedade de todos os seus males:

desemprego, inflação, falta de qualidade dos produtos nacionais, desigualdade regional, miséria, entre outros, conforme expõe (FRIGOTTO, 2005).

Na década de 1970, o capitalismo passou a dar sinais críticos de mudança para a atual etapa do capitalismo, cuja conceituação ainda é objeto de disputa política e científica. Com isso, o governo não possui mais controle sobre economia mundial. A alternativa de um Estado do bem-estar social foi o neoliberalismo, que tem a função de mantê-lo forte para romper com o poder dos sindicatos e controlar os gastos sociais.

A década de 80, no Brasil, foi um momento de superação do regime militar e ampliação dos espaços democráticos, de refundir as centrais sindicais, de elevação da inflação que ampliou a pobreza. A busca pela competitividade internacional da indústria brasileira passa a modelar as propostas para a reestruturação do Estado, da educação e da formação profissional. Para ilustrar este momento trago uma citação de Frigotto (1996, p.111), com relação à CNI:

O País, por conta das falhas do sistema educacional, não é capaz de maximizar a utilização de sua força de trabalho. A persistência de um elevado percentual de iletrados, assim como a formação muito rudimentar que é oferecida à parcela expressiva da população estudante, impõe um limite estreito no seu aproveitamento (CI, p. 19)

Ou seja, para a classe burguesa, o sistema educacional é o ponto de afunilamento na busca da competitividade. Logo esta classe advoga pela proximidade do sistema de ensino com as empresas.

2.2 O projeto de escolarização desejado pelos empresários.

Atualmente, as empresas, quando oferecem escolarização a seus trabalhadores, têm os mais diversos objetivos. Percebi que a empresa em que estava inserida contemplava os próprios interesses, pois oferecia escolarização no seu meio empregador. E mesmo em outro ambiente, mantinha o projeto sob seu controle e sua vigilância. Para refletir sobre essa escolarização que é ofertada aos trabalhadores, destacam-se, como foi referido, dois momentos: o primeiro é dentro da empresa e, o segundo, na escola privada, localizada nos arredores da empresa.

Proposto o projeto, conforme já lembrei, realizei uma análise de minha prática educacional que deu embasamento à pesquisa: as observações, diálogos realizados

nos dois ambientes e, por último, as entrevistas com os alunos-trabalhadores da empresa, nas quais encontrei três focos exemplares: família, sindicato e escola, que irei analisar no próximo capítulo, dando ênfase à escola, é o que constitui, centralmente a presente investigação.

Após estas etapas realizei a análise dos dados coletados, juntamente com a reflexão acerca de minha prática educacional, a qual serviu para verificar a contribuição de um projeto de escolarização na perspectiva da conscientização ou na consolidação do programa de adestramento desses trabalhadores, antes, durante e após a fábrica, participando do projeto educacional, modelo central da produção capitalista. Que estágio de consciência esse empresário deseja encontrar a partir desse projeto, ou seja, que trabalhador está sendo moldado? Terá o perfil adequado à necessidade do mercado? Conseguirá autonomia, culto aos avassaladores proposta do mercado, para ser projeto de sua história?

A maioria da turma, no ambiente empresarial, era constituída de funcionários que estavam trabalhando há mais de 20 anos na empresa e havia alguns que entraram no período da safra, ou seja, período de maior colheita e industrialização. Estes, por serem novos na empresa e mais jovens na idade, tinham uma visão diferenciada de alguns trabalhadores veteranos e esta diversidade fez com que eu escolhesse esta turma do ensino fundamental, pois estas diferenças qualificavam as nossas discussões, onde conseguia perceber em cada um a consciência que tinham sobre cada tema que trabalhávamos.

No projeto analisado, havia momentos em que era preciso ir ao encontro dos trabalhadores, nos seus setores de produção. Desta forma, o gerente e eu buscávamos conversar com os alunos-trabalhadores. Por diferentes, motivos, porém, o gerente tinha como objetivo questioná-los sobre sua frequência. O meu objetivo, no entanto, era despertar neles a vontade de estudar e serem mais críticos. Esta visita, para alguns, não era bem-recebida, pois era uma cobrança de presença às aulas; para outros era uma satisfação, pois nós estávamos conhecendo o que produzem em seu setor. Aproveitava este momento para mostrar-lhes os saberes que eles possuem, contradizendo suas falas em sala de aula, quando afirmam que “nada sabem”.

Atendendo a um dos objetivos que a empresa almejava, realizávamos jantares de confraternização com as duas turmas, a do ensino fundamental e do médio, para maior integração entre os alunos-trabalhadores. Todavia, como

pesquisadora, não era este o meu objetivo e, sim, através destes encontros, observar o envolvimento mais sério dos alunos-trabalhadores com o projeto e com a empresa.

2.3 Descrevendo um projeto de escolarização na e a partir da fábrica.

Neste momento apresento, mais detalhadamente, a pesquisa realizada na fábrica em que fui docente nos períodos compreendidos entre março de 2003 e março de 2005, e logo após na escola com a qual a empresa realizou parceria.

Durante o período em que ministrei aulas aos operários, convivi diretamente em sala de aula e em seus setores de trabalho, de segunda à sexta-feira, das 19h às 21h30.

O ambiente era descontraído. Nele sentíamos-nos irmanados, tomando chimarrão ou cafezinho, de quando em vez, até comendo pipoca no decurso de nossas aulas. Exatamente nesses momentos é que aconteciam boas discussões. Todos, alunos e professora, nos sentíamos à vontade para falar sobre os assuntos que mais nos angustiavam. Assim, fazíamos acontecer nossas aulas.

Entretanto, devido à proximidade do lugar onde o gerente se encontrava, porque ele era também estudante em uma das salas que ficava ao lado da nossa, não foram poucas às vezes em que fazíamos acontecer nosso trabalho de modo constrangido. Na referida situação, muitas vezes, os alunos diziam: “cuidado, professora, as paredes têm ouvido”, e logo mudávamos de assunto, servindo-nos de codificações, discutindo sobre a mesma realidade.

Entendendo que as sociedades atuais valorizam sobremaneira a questão da titulação para qualquer tipo de função que irá realizar, resgato a fala de Del Pino (1995, p. 132), com relação ao novo modelo de trabalhador: “qualificação e certificação seriam as novas exigências para a formação do trabalhador”. O projeto na fábrica tinha, como um dos seus objetivos, a titulação dos trabalhadores. Contudo, não poderia titular porque suas instalações e organização burocrática não estavam adequadas às normas exigidas para a escolarização. Então a direção da empresa achou por bem comprar vagas para os alunos que participavam desse

projeto numa escola particular de ensino fundamental e médio, situada nas suas imediações, fazendo prevalecer a idéia original do projeto de escolarização.

Por ocasião da transferência desse projeto, fui demitida das minhas responsabilidades, mas em seguida fui convidada pelo diretor da escola selecionada pelos empresários a fazer parte do corpo docente.

Estávamos no início da EJA daquela escola, com o primeiro contingente que formava 5 turmas, das quais eu era docente na disciplina de matemática. Aceitei o convite, por dois motivos: primeiro, porque gosto de trabalhar com EJA e, depois, porque queria dar continuidade à pesquisa iniciada dentro da fábrica.

Minha alegria tornava-se maior pelo fato de perceber que existia uma saída e acreditar que poderia ajudar esses trabalhadores, pois agora seria possível ministrar aula sem constrangimento, pois aqueles que nos vigiavam dentro da empresa não estavam mais presentes. Deste modo, agora todos, alunos-trabalhadores da empresa pesquisada e professora, podiam discutir livre e abertamente o projeto de escolarização ofertado pela fábrica.

Realizava aulas descontraídas, isto é, com situações do dia-a-dia, recortes, com texto, para lermos e discutir, sem muita copia, pois vinham de uma dura jornada de trabalho, no primeiro momento eles estranhavam, queriam conteúdo no caderno, mas em seguida perceberam que as discussões traziam crescimento, pois se expressavam, criavam conceitos sobre determinados assuntos. Teve um momento que levamos a Feira do Livro, onde eles tiveram contato com um mundo das letras, histórias, que segundo eles não pertencia ao seu cotidiano e sim dos filhos, foi muito bom, pois observaram e adquiriram alguns livros e depois nos relataram os livros que haviam comprado.

Assim, a pesquisa, partindo do tema Educação e Trabalho, aborda a problemática em torno do seguinte: “Uma prática educacional na/a partir da fábrica adestra e/ou conscientiza trabalhadores?”, questionamento move de uma inquietude: um projeto de escolarização na ou a partir da fábrica conscientiza e/ou adestra trabalhadores?

Para responder a esta inquietação, trabalhei com a análise de um projeto educacional na fábrica e a partir dessa, com o objetivo de contribuir na formação desses trabalhadores. Na operacionalização desta pesquisa, elegi quatro objetivos: relatar o cotidiano destes trabalhadores antes e durante a participação no projeto, tendo como focos a escola, o sindicato e a família; ilustrar a vida dos trabalhadores

fora e dentro da empresa; caracterizar e analisar esse projeto de escolarização na fábrica, verificando se o mesmo adentra e/ou conscientiza trabalhadores.

Compreendo conscientização, conforme Freire, como o “desenvolvimento crítico da tomada de consciência” (1980, p. 26), o que implica a ultrapassagem da esfera espontânea da apreensão da realidade, para se chegar a uma esfera crítica onde a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma postura epistemológica (FREIRE, 1980).

Assim, esta visão freiriana aponta para a conscientização como um compromisso histórico, uma atitude crítica dos homens na história.

Para a efetivação desta pesquisa, escolhi, para coleta de dados, os seguintes procedimentos: visitas aos setores de produção na empresa; observações e diálogos com os trabalhadores em sala aula na/a partir da fábrica, tendo como foco a sua relação com a escola; entrevistas informais e totalmente estruturadas, seguindo o conceito de Gil (2002, p.117). Com relação às técnicas de entrevista,

É fácil verificar como, entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode ser, enfim, totalmente estruturada, quando se desenvolve a partir de relação fixa de perguntas. Nesse caso, a entrevista confunde-se com o formulário.

A estratégia para a realização das entrevistas deve considerar duas etapas fundamentais: a especificação dos dados e a escolha e a formulação das perguntas (ibidem GIL). Para isso, utilizei o roteiro nº 1, p.98, no apêndice, aplicando-o aos trabalhadores, durante a empresa e depois ¹⁴ dela, tendo como focos exemplares a escola, o sindicato e a família.

Utilizei minha prática educacional como instrumento de observação e de discussão, na/a partir da fábrica com dois alunos-trabalhadores da empresa, no intuito de verificar a influência do projeto de escolarização na consciência e/ou adestramento do trabalhador.

¹⁴ Refiro-me concretamente aos trabalhadores que no início estudavam dentro do ambiente empresarial e após em uma escola fora da fábrica, isto é, na escola privada escolhida pela empresa.

2.4 Um projeto de escolarização numa fábrica.

O projeto aqui pesquisado é voltado aos trabalhadores da empresa, situada na cidade de Pelotas. Atuei como docente na disciplina de matemática, com turmas do ensino médio e fundamental, como dito.

Tudo começou com um convite que o gerente fazia aos trabalhadores; junto ao convite, havia uma frase de impacto: *“Estou dando a chance para vocês estudarem”*. Isso chegava aos ouvidos dos trabalhadores como ameaça, pois o seu emprego estava em jogo. Os operários que estavam quase se aposentando negaram-se a participar; embora entendessem aquela frase como ameaça, não perderiam o emprego devido à proximidade da aposentadoria. A não participação no projeto era justificada pelo pouco tempo que faltava para se aposentar, um ou dois anos. *“Não preciso mais de estudo agora na idade que eu estou”*, é a fala de um dos trabalhadores que se negou a participar do projeto de escolarização.

Inicialmente as aulas eram realizadas no interior da empresa, isto é, num canto do refeitório onde foram construídas duas salas de aula. Os funcionários eram oriundos das redondezas, residindo no mesmo bairro da empresa, o que facilitava o acesso do projeto, utilizando a bicicleta para deslocar-se até o trabalho.

Este projeto surgiu a partir da iniciativa dos empresários, no ano 2000, com o intuito de desenvolver “maior companheirismo” entre os trabalhadores e, conseqüentemente, prepará-los para os exames do Supletivo da 5ª CRE, que ocorrem anualmente. Inicialmente, formou-se uma turma de ensino fundamental que prestou Exame Supletivo na 5ª CRE. Em 2002, alguns alunos chegaram ao Ensino Médio. Logo, foi necessário organizar outra turma de alunos-trabalhadores, assim abrindo vaga para mais trabalhadores no Ensino Fundamental e Médio.

Esse projeto foi organizado pelo gerente da empresa pesquisada, que, ao entrar em contato com o SESI, solicitou educadores para atuarem na sala de aula e um (a) pedagogo (a), sendo estes contratados pela empresa. O gerente iniciou, ele também, com a primeira turma, isto é, era também aluno do projeto, pois era, dentre tantos operários, mais um que havia estudado até a 3ª série do Ensino Fundamental. Através do projeto, o gerente pôde adquirir o diploma de ensino fundamental e médio, através das provas da 5ª CRE.

A direção da empresa incumbiu-o da função de aprimorar o projeto, isto é, questionar-nos sobre a participação dos trabalhadores através do controle das chamadas que deveríamos entregar todas as semanas; ele organizava os horários; e o que precisássemos a ele deveríamos solicitar.

Tínhamos uma estrutura de apoio, isto é, o material didático, que escolhíamos com toda autonomia, pois o SESI tem uma parceria com a empresa, assim nos auxiliando com os livros através de um programa chamado “PASSAPORTE DO LIVRO”¹⁵.

A empresa, além de financiar esse projeto educacional, também financia esta parceria com a compra de livros para a biblioteca do SESI. Assim, nós (trabalhadores e educadores) manuseamos, consultamos esses livros num período de seis meses, podendo o mesmo ser renovado; devido a tal iniciativa a empresa foi condecorada pelo SESI por sua ação social.

Algumas medidas foram tomadas no intuito de incentivar os trabalhadores a participar do projeto, como troca de turnos (horário), o que muitas vezes acarretava uma melhora do salário mas, com tais medidas os trabalhadores, sentiam-se obrigados a participar, assim garantindo seu emprego e a melhoria salarial. É importante salientar que a empresa, até hoje, exerce certa “pressão” para manter os trabalhadores em sala de aula.

As educadoras também devem seguir algumas normas, tais como: diariamente realizar a chamada (registro de presença) que deve ser entregue toda sexta-feira ao “ronda” antes de sairmos da empresa, que a entregará ao gerente. Este analisará a chamada para, assim, controlar as faltas e logo ir ao encontro dos trabalhadores para descobrir o motivo das faltas e, se esquecermos de fazer a chamada, seremos convocadas para justificar tal esquecimento.

Apesar das normas rígidas, há uma contradição: a empresa incentiva o trabalhador a estudar, porém, no período da safra, em primeiro lugar está o trabalho, depois o estudo. Para fazer as provas da 5ªCRE, no ano de 2005, que aconteceram em dia de trabalho, quem fazia a prova à tarde saía às 12h, devendo “pagar” estas horas não-trabalhadas em outro momento.

¹⁵ A empresa compra os livros selecionados pela bibliotecária do SESI e pelas educadoras. Os livros ficam por um período de três meses na empresa, podendo ser renovado, e regressa à biblioteca do SESI após serem usados.

Logo após as provas, as educadoras eram convocadas para, junto com o gerente, fazer o que titulei de “corpo-a-corpo”, isto é, questionar funcionário por funcionário, em seus setores de trabalho: *“por que parou de estudar; se “vai estudar agora”; se não vai, por qual motivo”*. Esta atividade bate de frente com minha proposta de trabalho pois, muitas vezes, os trabalhadores sentiam-se obrigados a ir para sala de aula, porque seu emprego estava ameaçado, além de ser constrangedor. A fala do gerente aos trabalhadores expressa o modo como eram coagidos a estudar: *“Vocês sabem que todos os dias entregam aqui na empresa vários currículos, recebo todos, ainda não veio nenhuma ordem de admitir, somente com ensino médio, se um dia vocês saírem da empresa, já têm o ensino médio.”*(informação verbal)¹⁶.

A implantação desse projeto, por parte dos empresários, tinha por objetivo inicial melhorar a relação (companheirismo) entre os trabalhadores, para obter um trabalhador mais maleável. Como lembra Hypólito, *“a escola ensina atitudes, comportamentos, regras e horários...”* (informação verbal).¹⁷

É possível afirmar que é com esta visão que os empresários implantaram o projeto de escolarização. A partir desses dados realizei a pesquisa no Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, buscando conhecer os interesses de trabalhadores e empresários com a escolarização.

Os conteúdos desenvolvidos eram estipulados pela 5ªCRE, mas não deixei de trabalhar os assuntos que os alunos escolhiam, embora fora do programa. Percebo que, por ser um grupo diferenciado, alunos-trabalhadores de uma empresa que proporciona escolarização, é necessário que as atividades sejam embasadas a partir da sua realidade, incentivando-os, dizendo do que são capazes e que muito já sabem. É preciso também mostrar que possuem saberes já adquiridos em sua vida e profissão, assim aprimorando as aulas de modo que não sejam cansativas e “infantilizada”, reconhecendo o potencial de cada educando.

No decorrer das aulas deixava de lado o receio de estar trabalhando em uma empresa, e de que as nossas discussões sejam criticadas pelos empresários

¹⁶ Fala do gerente em fevereiro de 2002, aos trabalhadores.

¹⁷ Referência informal de Álvaro Moreira Hypólito, obtida em uma aula do mestrado sobre currículo, no 1º semestre de 2004, UFPel - FaE

devido ao meu objetivo ser, realmente, o de desenvolver uma consciência crítica com esses trabalhadores: em sala de aula, dentro da empresa e em suas vidas.

Tenho trabalhado de forma crítica, ou seja, os alunos/trabalhadores trazem seus problemas, por exemplo, em relação ao chefe do setor, e logo discutimos como resolvê-los, que atitude tomar etc. Relacionamos o tema com o mundo fora da empresa, isto é, com o sistema econômico vigente. Questionam sobre a visão do sindicato com relação à situação vivida pelos alunos-trabalhadores. E, assim, percebo que alguns fogem do assunto, enquanto outros formam conceitos a partir das discussões, avançando em sua conscientização, (FREIRE,1980). Embora estejam inseridos em um sistema capitalista, é possível fugir da regra, ou seja, infringir as normas que o sistema neoliberal nos impõe, de modo que passamos a contribuir para a formação de pessoas conscientes de si e de seu entorno. Lembro-me do que Freire (1996, p.115) diz com relação à exposição anterior:

..reinsisto, o empresário moderno aceita, estimula e patrocina o treino técnico de “seu” operário. O que ele necessariamente recusa é a sua *formação* que, envolvendo o saber técnico e científico indispensável, fala de sua presença no mundo.

Com base nos relatos e na pesquisa realizada no Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, tanto em relação aos interesses do empresário como do trabalhador em relação à escola, acredito que é possível, através de um projeto de escolarização, fugir do que o sistema vigente exige, ou seja, um trabalhador, além de “flexível”, pode ser crítico, consciente sobre o mundo que o rodeia.

3 – Um Projeto Educacional na fábrica.

3.1 - Como os trabalhadores se integraram na escola selecionada pelos empresários?

A seguir descrevo a escola privada com a qual a empresa celebrou contrato de um semestre, ou seja, comprou vinte e cinco vagas para seus funcionários, na qual sou docente.

Essa escola privada oferece um ambiente mais humano, em relação ao espaço reservado ao projeto na Empresa não tão fabril, de regras e de cobranças porque demonstra maior preocupação com o educando e não tanto com a produção. Neste sentido, seu ambiente apresenta-se apropriado para o atendimento do corpo discente.

Deste modo, comparando os espaços, vemos que a fábrica mantinha a escolarização sob vigilância, enquanto a escola configura-se em um espaço neutro com relação à empresa, permitindo, assim, maior descontração, mais confiança, mais liberdade de opinião e mais “sossego” para o estudo.

Nossas aulas ocorrem de forma dialógica, tranqüila, participativa e crítica, pois não estamos sendo vigiados e controlados pelo gerente. Assim, saí do âmbito do adestramento e nos conscientizamos com relação ao mundo, ou vice-versa. Juntos, refletimos. Os alunos-trabalhadores questionam a formação oferecida, a realidade laboral e o papel de cada um na fábrica e fora dela, as possíveis utopias alimentadas por cada um ao retornar à escola, as influências desta escolarização em sua vida. Numa das primeiras aulas, fora das paredes da empresa, um dos trabalhadores, o “S”, verbalizou assim na sala de aula: “agora a gente pode falar o que quiser sem medo de perder o emprego, aqui tudo é tão tranqüilo, só falta a roda de chimarrão”. Com essa fala percebo o quanto esse espaço empresarial influencia na formação desse trabalhador que não queria ser adestrado, estava “fugindo” do modelo imposto.

Nesta digressão de idas e vindas com os conteúdos acadêmicos e as experiências vitais desses alunos-trabalhadores, construí novos conceitos, encetando os passos de conscientização que Freire explicita em suas obras.

Apreendi, assim, a lidar, no decurso das aulas, com os questionamentos dos alunos sobre temas do seu cotidiano. Deste modo, as aulas não acontecem a partir de meras formalidades programáticas, mas levo em conta a realidade e os interesses dos alunos. Tais interesses são desconsiderados pelo padrão, o qual objetiva, com a educação, adestrar os trabalhadores para as necessidades da empresa, que se traduzem em saber se relacionar em grupo, respeitar o outro e ser flexível, “qualidades” que hoje o sistema capitalista chama de “qualidade total”. Esse mecanismo nada mais é do que ferramenta, técnica de controle, programa “participativo”, destinados aos trabalhadores. Nas reuniões propostas pelos empresários, os operários podem dar sugestões/ opiniões para solucionar certos problemas de ordem organizacional na empresa, para agilizar e melhorar seu trabalho; desta forma, os operários transmitem seu conhecimento. Com isso, a meta de produção sempre será alcançada.

A escola, não pouco, impõe um currículo fechado, o mesmo proposto para os cursos diurnos, com conteúdos questionáveis, não podendo sofrer substanciais alterações, segundo a coordenação da escola e conforme a legislação. Mas utilizo este espaço de sala de aula para resgatar a autonomia dos trabalhadores, questionando-os sobre quais assuntos gostariam de discutir. A escola acaba por atender à necessidade do sistema capitalista no momento em que impõe regras, obediências, horários e que prepara o educando para o mercado de trabalho, sem antes questioná-lo sobre seus anseios com relação à sua qualificação.

Em alguns momentos, fiquei tentada a enveredar pelos moldes tradicionais da docência, pois alguns alunos trabalhadores exigiam lista de exercícios como requisito de treinamento para a realização da prova, o que permite somente a formatação de pessoas, não-reflexivas mas, sim, treinadas (adestradas) só para fazer as vontades do empregador. No entanto, minha formação me levou a optar por atividades que estimulassem o raciocínio lógico e crítico do educando.

Tal atitude dos educandos, citada anteriormente, só mostra aquilo que é objetivado em nossos dias pelas escolas: a titulação e o diploma. Alguns alunos não têm a mínima consciência das conseqüências desta atitude menos abonatória para

o futuro de uma sociedade mais conscientizada, buscando os seus direitos e lutando por eles.

Quando acontecem comportamentos infantis, os direitos são substituídos pelos favores. Um exemplo disso é que muitos, no primeiro dia, diziam que estavam em sala de aula por dois motivos: primeiro, pelo autoritarismo do gerente; segundo, para garantir o seu emprego.

Depois de um longo percurso, feito de discussões e dores, de lágrimas e lamentações, e, sobretudo, de substanciais reflexões em sala de aula, alguns já vislumbram novo horizonte. Discentes desejam concluir o ensino fundamental e cursar o ensino médio, cursos para qualificar sua formação técnica, fazer cursos profissionalizantes, ou seja, não parar de estudar, de acordo com uma visão messianista, termo utilizado por ROSSI (1980), através de uma formação mais qualificada para ascender profissionalmente. Existe uma cobrança da sociedade em relação à escolarização. Os trabalhadores dizem: *“hoje até lixeiro tem que ter o ensino médio”*. Esse pronunciamento valoriza a escolaridade em tempos atuais, pois refere-se à ascensão profissional, devido à relação existente entre educação/trabalho, pois só terá ascensão profissional quem tiver um grau de escolarização elevado.

Nas turmas de EJA, à noite, há um público com faixa etária entre dezesseis e sessenta anos que são os alunos-trabalhadores da empresa, os quais estão integrados neste ambiente educacional. Esta heterogeneidade possibilita que os trabalhadores da empresa pesquisada passem aos jovens, que têm idade de seus próprios filhos, com o saudosismo do tempo não-vivido, uma lição de moral, dizendo: *“aproveitem este tempo de estudo, depois vocês vão ficar velhos e ter que voltar aos estudos que nem nós”*.¹⁸

Na referida sala, a turma é heterogênea com relação à idade e ao sexo, isto é, com os adolescentes que não trabalham e trabalhadores da empresa pesquisada e de outras empresas. Logo, os alunos-trabalhadores são submetidos a outras regras, além do horário para entrar na sala e para sair. Um dos trabalhadores, observando a conduta imatura de um dos adolescentes, dizia:¹⁹ *“o que falta é um trabalho para esta gurizada, professora, pois, se fosse eles que tivessem pagando a*

¹⁹ Fonte: retirado de minha pesquisa realizada durante o curso de Especialização em Educação, em 2006, FaE/UFPel.

escola valorizavam o estudo e nada como um serviço pesado no corpo para aprender a respeitar”. Esta afirmação de um trabalhador experiente na vida, lutador e trabalhador, concomitantemente, remete a uma educação disciplinadora, que regramentos e corpos; o trabalho teria esta função, como algo que regula e organiza(a) para a vida em sociedade.

Minha prática educacional com relação educador-educando objetivou auxiliar o educando em sua formação. Para Freire, tal educação traz à tona a idéia de conscientização. Para tanto Freire (1980, p.25) afirma:

Acredita-se geralmente que sou autor deste estranho vocábulo ‘conscientização’ por ser este o conceito central de minhas idéias sobre a educação. Na realidade, foi criado por uma equipe de professores do INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS por volta de 1964. Pode-se citar entre eles o filósofo Álvaro Pinto e o professor Guerreiro. Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade.

Para entendermos o que é conscientização em Freire, é importante compreender os estágios da consciência para que, no decurso dessa investigação, sobretudo com as observações e entrevistas com os alunos-trabalhadores e, não só antes, durante e depois da fábrica, possamos perceber a passagem ou não de um estágio de consciência para o outro.

Nas suas reflexões, Freire constatou que o homem é o único animal capacitado a conhecer a realidade em que vive e atua. Nesse sentido, ele diz: *“uma das características do homem é que somente ele é homem. Somente ele é capaz de tomar distância frente ao mundo. Somente o homem pode distanciar-se do objeto para admirá-lo”* (1980, p.25). Ao distanciar-se da sua realidade consegue refazê-la de modo crítico. No decurso deste trabalho vivenciei, com os sujeitos da pesquisa, esta realidade, pois, ao trocar o ambiente educacional, constatamos (educadora e educandos) o que anteriormente não tínhamos percebido: falo do controle, até onde os trabalhadores participavam das decisões da empresa, etc.

Por isso, a partir do pensamento freiriano, para sermos ousados é necessário, antes de tudo, compreender a análise dos estágios da consciência humana, tal como ele a apresenta (1979. p.39-41). Segundo Freire, a consciência do homem passa por diversos estágios: “Consciência intransitiva ou mágica, Consciência ingênua, Consciência fanática, Consciência crítica”.

A Consciência intransitiva ou mágica responde a um desafio com ações mágicas porque a compreensão é mágica; na consciência ingênua há uma busca de compromisso, há também uma tendência a considerar que no passado foi melhor, suas conclusões são apressadas, superficiais; Consciência fanática há uma entrega irracional, é próprio do homem massificado; Consciência crítica não se satisfaz com as aparências, reconhece que a realidade é mutável, é indagadora, investiga, força, choca, ama o diálogo, nutre-se dele.

A partir da compreensão destes estágios de consciência, segundo Freire, e com base na pesquisa de campo, conseguirei observar o nível de consciência de cada operário pesquisado em relação aos temas abordados em sala de aula.

3.2 – Recortes realizados na pesquisa

Este ambiente educacional é composto por trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres, sendo em sua maioria homens das mais variadas idades, que, por distintos motivos, retornam à escola com os mais diversos desejos, centralmente consideram a escola como único espaço para a formação.

Como dito, usei como estratégias de investigação observações, entrevistas e a análise de minha prática educacional, pois sou educadora desses trabalhadores, acompanhei-os desde que o projeto estava instalado na Empresa e ainda o faço com a atual transferência para a Escola. Percebi o nível de consciência "construída" através de minha prática educacional. Utilizei como conceito de consciência e conscientização Freire o qual, através de suas obras, contribuiu de modo significativo para análise dos focos exemplares desta investigação. No decorrer das entrevistas e análise das mesmas encontrei três focos aos quais dei destaque, são eles: família, sindicato e escola, optando pelo aprofundamento da relação com a escola, por estar mais presente na fala e na ação dos trabalhadores.

A parte principal da pesquisa foi desenvolvida num espaço escolar patrocinado pela Empresa aos seus funcionários, isto é, uma escola particular, localizada nas imediações. Os trabalhadores selecionados são os mesmos que estavam participando do Projeto Educacional dentro da empresa. Desta forma, foi

possível perceber as mudanças com a troca de ambiente. Após alguns alunos concluírem o ensino médio foi escolhido outro grupo de trabalhadores, que não participavam das aulas, não estavam interessados em estar ali, ou seja, estavam ali para garantir seu emprego.

Além do trabalhador como sujeito da pesquisa, utilizei algumas falas do gerente, que foi um dos responsáveis pela implantação do projeto de escolarização na empresa pesquisada. Relatou-me que o interesse inicial era desenvolver o companheirismo entre os trabalhadores, pois estariam no mesmo ambiente, com assuntos semelhantes para dialogar.

Os motivos que me levaram a escolher essa turma foram os seguintes: primeiro, o fato de a maioria dos alunos, sujeitos da pesquisa, serem funcionários oriundos da empresa pesquisada e o meu entrosamento com esta turma, desde o início do ano letivo.

As mulheres que compõem esta turma são, em sua maioria, donas de casa que, por vários motivos, tiveram de abandonar os estudos, motivos semelhantes aos de minha mãe. Hoje, relatam que os filhos já estão criados, então podem dedicar-se a seus sonhos, aspirações, estudando, que para elas é uma realização pessoal. Algumas relatam: “sempre gostei de estudar, mas meu pai dizia para aprender a cozinhar, bordar... e ajudar a criar os irmãos mais novos”. Com isso, o estudo era descartado e, em seguida, vinha o casamento.

A escolha do ensino fundamental para a realização deste trabalho deve-se pela confiança entre sujeitos da pesquisa e pesquisadora e por ser uma turma heterogênea, isto é, com trabalhadores novos na empresa e outros quase se aposentando.

Mesmo que a escolarização estivesse sendo desenvolvida fora do espaço oferecido pela Empresa, ou seja, num “espaço escolar” o gerente foi em busca de informações sobre os trabalhadores, como frequência e notas. Descobriu que alguns estavam faltando e outros haviam desistido. Foi quando não compreendeu a atitude da Escola pois, na sua visão, a escola omitiu da empresa uma informação, ou seja, as faltas dos seus operários. Tal atitude do gerente remete-me a Braverman (1987, p. 67) quando escreve sobre o sistema capitalista e seu modo de gerenciamento da vida das pessoas:

Neste método de total dominação econômica, espiritual, moral e física, escorado pelas constrições legais e policiais de uma servil

administração da justiça numa zona industrial segregada, percebemos o precursor da empresa cidadina, comum nos Estados Unidos em passado recente, como um dos sistemas utilizados mais frequentemente de controle total antes do advento do sindicalismo industrial.

Assim percebe-se que a decisão do gerente com relação à permanência do projeto criticando a atitude dos alunos e da escola, foi motivo fundamental para a empresa, a partir de agosto de 2006, para não renovar o contrato com a escola, e assim, não ofertar escolarização para os trabalhadores.

Como a escola não disponibilizou as folhas de chamadas à empresa, imediatamente do ocorrido, o gerente encontrou uma solução, segundo o depoimento do aluno-trabalhador “J”: ameaçou descontar do salário deles o valor da mensalidade se faltassem à escola, e para estes que desistiram havia o risco de perder o emprego. Embora, segundo o gerente, o aluno que havia desistido e omitido a empresa não fora demitido devido a ser filho de um funcionário muito “bom” e antigo na empresa.

A ameaça de descontar a mensalidade do salário para alguns trabalhadores até funcionou; outros, no entanto, sabiam que isto é ilegal, perpassando a seguinte idéia pelo grupo: “ele está oferecendo esta oportunidade, mas as leis trabalhistas não o amparam para realizar tal desconto”. O trabalhador “J” expõe: “estou voltando porque ele me ofereceu um curso de “operador de mulinha” e eu não posso desistir senão vou perder o cargo, isto é, de melhorar financeiramente”.

Após a decisão da empresa em não ofertar a escolarização para os trabalhadores a partir do 2º semestre de 2006, encontrei o gerente pelos corredores da escola. Afirmou-me que iria oferecer escolarização para aqueles trabalhadores que estavam “encarando” os estudos, no SESI, disponibilizando vale transporte para locomoverem-se até este local, fato que não posso afirmar se de fato aconteceu.

Percebo que a empresa, além dos fatos citados anteriormente, resolveu suprimir o contrato com a escola devido à maioria dos trabalhadores mais “antigos”²⁰ já terem concluído o ensino médio e agora só faltavam os trabalhadores que, na visão da empresa, não necessitavam de formação, pois a função que desempenham não exige tal qualificação. Quando falo qualificação refiro-me aos itens citados

²⁰ Refiro-me a trabalhadores que desempenhavam há muito tempo uma função na empresa e que não tinham o ensino médio, formação esta que os curso técnicos exige aos candidatos.

anteriormente sobre a qualidade total desejada. Leal (2002) nos descreve o pensamento empresarial, quando diz

Flexibilidade é fazer tudo, participar de tudo, apreender tudo, no entanto, pode-se observar que quando se fala em flexibilidade, o que se busca é a otimização do tempo de trabalho dos trabalhadores, ninguém pode ficar parado. Esse é o princípio de eficiência do sistema.

Sendo assim estes trabalhadores mais novos já estão “adestrados” pela escola, pois a maioria possui uma caminhada escolar recente, faltando concluir apenas o ensino médio.

A escolha dos sujeitos da pesquisa justifica-se pelo fato de que os alunos-trabalhadores, “antigos” na empresa idealizavam, através da educação, alguns sonhos, objetivos, perspectiva de melhoria de vida e tinham, ainda, alguma vivência escolar, acreditando no reconhecimento oriundo dos padrões a partir da titulação escolar que trata-se de aumento financeiro, mais respeito, valorização, etc.

3.2.1 – Sujeitos do projeto frente à escolarização na fábrica e/ou na escola.

O desejo desse trabalhador, que participa do projeto, com relação à escola, ou melhor, com relação à educação é que, através dela, atingirá ascensão profissional, retratando messianismo pedagógico, segundo Rossi (1980. p. 17), que nos diz: *“É um antídoto a quase todos os problemas individuais e sociais”*. Logo me questiono se a empresa e agora a escola realizam esta relação de educação/trabalho, ou seja, se uma depende da outra para ascender. Na maioria das vezes, é uma consciência fanática, transmitida pelos pais na infância, pois a maioria dos sujeitos dessa pesquisa que nasceram na década de 40 e 50. Época esta em que o capitalismo industrial começou a difundir-se com intuito de moldar-se para obter melhorias na produção. Segundo Braverman (1987, p.61), *“Os trabalhadores já estão adestrados nas artes tradicionais da indústria anteriormente praticada na produção feudal e no artesanato das guildas, tecelões...”*. Desta forma, os trabalhadores precisam melhorar sua flexibilidade, sua autonomia para realizar tarefas.

Refletindo sobre os relatos anteriores percebo que um dos motivos pelos quais estes trabalhadores se abstiveram de estudar na infância era para ampliar a renda familiar. Em paralelo, estudavam, mas eram vencidos pelo cansaço de um dia de trabalho pesado, pois a maioria trabalhava em plantação. Assim, acordavam cedo, chegavam à escola cansados, sem ânimo para estudar.

Ao trabalhar, eles recebiam remuneração, o que não acontece na escola, logo, não era atrativa na época, pois não enxergavam ganhos imediatos que poderiam obter com o estudo. O trabalho apresenta ganhos financeiros imediatos, enquanto a escola, contribuindo na formação do profissional e do cidadão, possibilitará melhores rendimentos, mas a longo prazo. Naquele momento, o trabalho era o que precisavam; eles diziam *“pegava o gosto pelo dinheiro”*, o que significa sua independência financeira. O João²¹, referindo-se ao passado, afirma: *“Naquele tempo, não exigia estudo para trabalhar, bastava ter força, não importava o setor que fosse trabalhar, a pessoa mais experiente era aquela que estava há mais tempo desenvolvendo a mesma função, e não tinha diploma”*. Esta citação refere-se aos novos tempos, às novas exigências do mercado de trabalho que objetiva na escola a mudança necessária para o sistema vigente. Sobre estas mudanças Rossi (1980, p.98) escreve:

É preciso ressaltar que a educação, como é vista por esses revolucionários, não tem, a princípio, qualquer semelhança, no que diz respeito aos objetivos a ela atribuídos, com a educação institucional capitalista [...]. Todavia aceito o princípio da eficiência da veiculação escolar de um projeto social, político e econômico, um revolucionarismo pedagógico acaba, ao se institucionalizar, por transformar a escola num instrumento de implementação desse projeto [...]

Hoje, o interesse com relação à escola mudou, o pensamento é outro, as pessoas permanecem na escola com outros desejos: não só com o objetivo de melhorar financeiramente e garantir o emprego, mas também de auxiliar os filhos na escola, garantir uma formação mais qualificada, ou seja, obter titulação, pois o mercado hoje exige escolarização. Estes alunos-trabalhadores não pretendem mais parar de estudar, fato este que fez surgir outras questões pois, para eles, somente através da escola aprendem. Isso é verdade? Para elucidar esta consciência, transcrevo a fala do trabalhador “A”: *“para pegar um serviço, hoje as empresas*

²¹ Nome fictício do trabalhador, a pedido deste para assim não comprometer seu trabalho.

pedem no mínimo o 2º grau, comecei e não paro mais, aqui é onde vou aprende". Almejam com esta oportunidade realizar seus sonhos. Se a empresa, contudo, não tivesse a iniciativa de ofertar escolarização a seus operários, talvez não tivessem tal presteza. Claro que, no primeiro momento, a escolarização foi imposta pela empresa. No entanto, agora se tornou um objetivo a ser alcançado por esses alunos-trabalhadores, que é o de terminar o 2º grau e cursar uma Universidade.

A valorização da educação para o modelo capitalista está relacionado a uma troca, isto é, o empresário investe nos seus trabalhadores objetivando um retorno, ou seja, aposta na geração de um trabalhador sentindo-se mais valorizado, produzindo mais. No depoimento anterior percebo uma consciência mais crítica com relação à escolarização ofertada pelos patrões. Rossi (1980, p. 100) elucida quando se refere à valorização da educação:

Portanto a valorização da educação entre os socialistas se dará em dois níveis: o da crítica à educação capitalista e o da edificação da educação revolucionária. Se por um lado, no primeiro desses níveis, se conseguiu desenvolver uma análise séria da escola capitalista, muito mais difícil tem-se mostrado a evolução em direção a uma educação que permitisse a realização integral do homem.

Um dos objetivos de minha prática educacional tanto na empresa quanto na escola, é a formação integral do homem, diferindo dos interesses do empresário. Minha proposta, enquanto educadora dentro e fora da empresa para com estes trabalhadores, vai ao encontro da idéia de ROSSI (1980) expressa na reflexão anterior. Vejo que o primeiro nível foi superado: o de conscientização; o difícil está em desenvolver o segundo, que é a emancipação.

Mas a situação dos homens da sala de aula aqui analisada é distinta, pois eles buscam na escolarização melhoria financeira. Alguns relatam que precisam terminar o 2º grau para fazer cursos que são oferecidos na empresa, referindo-se ao estudo como meio profissionalizante, de qualificação, que possibilitará uma mudança econômica na sua vida. Analiso este pensamento à luz da idéia de Rossi (1980, p. 105), quando diz:

Define-se, pois, um messianismo pedagógico levado a extremos, que pretende mudar radicalmente o mundo pela educação libertária. A sociedade autogestionária é o ideal a atingir. O instrumento de

transformação da sociedade, que implementará a realização desse ideal, é a educação, porque, para que a autogestão social se torne viável, é preciso profunda mudança institucional, que só se pode realizar pela mudança da mentalidade dos indivíduos, a qual, por sua vez, é formada e deve ser alterada pela educação, sobretudo na escola.

Observei o prazer que os trabalhadores da empresa têm em estar na escola, neste ambiente, embora cansados de uma jornada de oito horas de trabalho, sem tempo de ir a suas residências para tomar banho e um café para ir à aula. Sentem vontade de apreender e discutir novos assuntos. Aos poucos, esta consciência ingênua com relação aos atributos da escola vai sendo superada por uma consciência mais crítica com relação aos temas abordados coletivamente.

Mal começa o primeiro período, às 19h, eles já estão presentes e participando das aulas até às 23h. Deslocam-se até a escola de bicicleta, alguns residem próximos à escola, outros percorrem vinte minutos. Descrevem este esforço como algo prazeroso, dizendo: “todo esforço é preciso, agora já até acostumei, não sei o que fazer quando não tem aula”. Essa atividade virou rotina, não sabem o que fazer quando não tem aula. Relatam que a sala de aula é um ambiente de estudo, de crescimento intelectual, de diálogo e, acima de tudo, de troca de experiências. Assim, o objetivo da empresa com a escolarização foi atingido, conforme foi relatado anteriormente, como resultado de minha pesquisa no curso de Especialização, ou seja, alguns trabalhadores atingiram o objetivo do empresário, que era de “adestramento” com a escolarização. No entanto, outros se desviaram de tal “regra natural”, furaram a rede e passaram a ser críticos.

Há adolescentes na faixa de dezesseis e vinte anos que gostam de tumultuar o trabalho pedagógico ou não assistem às aulas. Os mais velhos dão lição de moral, pedindo a eles que valorizem o estudo que seus pais estão pagando. Neste espaço educacional, temos discentes com idade de dezesseis anos até cinqüenta anos, e percebo que os objetivos, com a escolarização, são os mesmos, indiferente da idade, isto é, melhorar sua situação na empresa, obter melhor remuneração, conseguir um emprego melhor, garantir o emprego, fazer um curso técnico em que exigem o 2º grau, etc. Esses operários retornam à escola considerando este espaço um meio formador de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, pois até então era a experiência de escolarização que eles vivenciaram e era requerida ao assumir atividades laborais.

3.3 - Ambiente de escolarização: da fábrica à escola.

A empresa criou um ambiente para a escolarização, dentro dos modelos tradicionais de sala de aula, em que os alunos dirigem seu olhar para o mesmo ponto: quadro ou professor, espaço este que foi adaptado junto ao refeitório. Fecharam um canto com paredes de madeira (eucatex), fazendo duas salas, com mesas individuais (de braço), não confortáveis, de madeira, difícil de organizar, pois mal havia lugar para colocar o caderno; eram inclinadas e, se não cuidassem, o caderno escorregava. O quadro era branco e, quando eu usava a caneta vermelha, dificultava a cópia, devido à deficiência visual de alguns alunos. Eram salas bem arejadas com exceção da sala do ensino fundamental que era pouco iluminada.

Devido à sala do ensino fundamental e do médio estarem separadas por uma parede de madeira frágil que não isolava o som, tudo o que falávamos numa sala turma ao lado ouvia e vice-versa. Por isso tínhamos o cuidado com a gravidade da voz para que não nos escutassem, pois alguns assuntos iriam comprometer a permanência na empresa, tanto a minha como a dos trabalhadores, em virtude de os empresários não terem por objetivo estimular o trabalhador a um senso crítico sobre o sistema econômico vigente, sua situação em quanto operário, etc.

Neste período, eu era docente de matemática da turma do ensino fundamental. Quando havia discussões que iam contra as idéias da empresa, eles diziam: “professora, as paredes têm ouvidos”; já sabia que devíamos trocar de assunto ou diminuir o tom de voz.

Havia um controle explícito sobre o que dizíamos e fazíamos, pois o gerente estudava na aula ao lado. Ele não cursava aula todos os dias, mas, em sua ausência, havia um funcionário de sua confiança para nos vigiar. O fato de estar presente, ou não, não impedia o diálogo de assuntos que, para a empresa, seriam polêmicos, mas, como educadora, não poderia deixar de discutir, ainda mais provindos dos educandos, sabendo que estes momentos auxiliariam no desenvolvimento da consciência crítica de pessoas que retornavam à sala de aula, a princípio, por obrigação, mas que, aos poucos, iam desenvolvendo o gosto pelo estudo.

A preocupação da empresa era de ofertar um espaço para escolarização sem a necessidade de deslocamento do aluno-trabalhador, desconsiderando o cansaço

físico e o horário entre o término de uma jornada de trabalho e o início da aula. Pensando nisso, solicitamos lanche, pois na empresa havia um vestiário para tomarem banho e um refeitório, logo não precisariam ir até suas casas, embora morassem próximo da empresa. Contudo, este pedido nos foi negado com a justificativa de já haver um custo muito alto com o projeto.

Retomando a idéia de que o projeto tem outros interesses, tais como, companheirismo, flexibilidade do trabalhador, etc, a empresa demonstrou desapeço quando, no período da safra, o horário da saída era às 19h. Neste período já deveriam estar na sala de aula, muitos só lavavam o rosto, embora houvesse chuveiro no vestiário. Pegavam a pasta no armário, isto é, eles nem levavam o material para casa, a não ser no fim de semana, e iam para a sala de aula. Embora fatigados, não deixavam de participar, já que havia a cobrança da presença, por parte do gerente, que não aceitava a justificativa de terem se liberado de suas obrigações tarde. Enguita (1989, p. 112) nos relata algo semelhante no século XIX com relação à importância de ofertar escolarização para trabalhador, que poderia dizer que é semelhante à fala do proprietário desta empresa:

Um século depois, Bravo Murillo sustentava ainda a mesma opinião na Espanha, ao afirmar: “Não precisamos de homens que pensem, mas de bois que trabalhem”. Não faltaram, entretanto, reformadores que viam na educação do povo a melhor forma de amansá-lo e trazê-lo ao redil da nova ordem ou da velha, tal como Roland de Erceville, o qual não duvidava de que, quanto mais ignorante o povo, mais disposto está a ser subjugado por seus próprios preconceitos ou pelos charlatões de todo gênero que o assediam.

Ao realizar esta leitura de Enguita, lembrei de imediato da fala do gerente, quando reforça a que, entre ir à aula ou ficar trabalhando no período da safra, primeiro o trabalho, idéia de escolarização como meio de adestrar estes trabalhadores, segundo Junior (1981).

Após muita insistência, conseguimos uma cafeteira com o gerente para, no inverno, na hora do intervalo, às 20h30, fazer cafezinho para esquentar, acordar, enganar a fome, como muitos relatavam. Depois, conseguimos comprar uma cuia e uma garrafa térmica para fazer um chimarrão. A empresa fornecia a erva-mate junto com a lista de material didático. Isso só aconteceu após provarmos para o gerente que havia ganhos para o aluno com tal atitude, como é o caso da integração.

Então, tornava-se este momento de troca mais aconchegante. Os alunos-trabalhadores não sentiam tanta falta da hora do chimarrão com a família, embora não fosse esse o interesse, o de substituir esse momento, mas, sim, o de criar um espaço mais caloroso, descontraído, já que por tradição gaúcha o chimarrão proporciona e estimula o diálogo, que no início do período letivo era “monólogo”. Segundo Fiori (1987), “O monólogo, enquanto isoladamente, é a negação do homem; é fechamento da consciência, uma vez que consciência é abertura.”. A maioria da turma estava participando por coação da gerência, o que explicava essa atitude por parte do trabalhador, mas no decorrer das aulas instituiu-se uma confiança mútua, o que levou a uma mudança de atitude e o diálogo se instaurou.

Num segundo momento, como já enunciado, a empresa escolheu uma escola privada próxima às suas instalações, o que facilitaria o acesso, pois a maioria dos trabalhadores morava na redondeza. O maior motivo para continuar participando das aulas era o de adquirir o diploma, algo que aquele espaço empresarial não proporcionava.

A escola situa-se num bairro de classe média baixa e atende a alunos provenientes do mesmo bairro. Geralmente, os alunos são filhos de ex-alunos, netos ou filhos de professores da escola, passando uma idéia de uma extensão do lar, de uma família. É acolhedora, faz com que todos se sintam bem, pertencentes a esta grande família escolar. Coloca-se à disposição dos alunos, alegando que a participação deles é fundamental para o sucesso da escola e deles mesmos.

A escola disponibiliza à EJA um espaço e a mesma política pedagógica dos turnos manhã e tarde, é implementada desconsiderando a diversidade dos alunos, o que acaba dificultando o aprendizado para alguns alunos-trabalhadores que pela primeira vez estão numa escola com diversas disciplinas (matemática, português, ciências...). Os horários das aulas são das 19h às 23h, o que, para alguns, tornou-se cansativo. Há na escola um bar (uma cantina), aberto desde o turno da tarde, até às 22h, que oferece lanches aos alunos. O horário destinado aos alunos para lanche é das 21h 15 às 21h 30.

O espaço físico oferecido pela escola é mais amplo que as salas que a empresa disponibilizava, logo é um ambiente diferente do que estavam acostumados, estando a seu dispor área verde, com bancos, espaços para colocar as suas bicicletas, embora, no primeiro momento, a escola tenha se assustado com o número de bicicletas, pois os trabalhadores da empresa utilizam este meio de

transporte. Não havia espaço para organizá-las na escola, porque os alunos do diurno não utilizam desse meio, uma vez que seus pais os conduzem até a escola ou se deslocam de ônibus. A escola precisou ampliar o espaço para bicicletas e solicitar aos estudantes do noturno que trouxessem cadeado para maior segurança.

Observei a situação dos banheiros, os quais não oferecem chuveiro, ou seja, caso algum trabalhador vá direto do serviço e deseje tomar um banho antes da aula, tal possibilidade não havia. Isso ocorre devido a ser uma escola estruturada para outro padrão de aluno, isto é, aquele que não trabalha ou, se trabalha, consegue um tempo para ir à casa tomar banho e lanchar. Situação diferente dos alunos da empresa pesquisada que, no período da safra, não disponibilizam do tempo necessário para realizar sua higiene pessoal e lanchar. Ao pensar no que a escola diz “ser uma extensão da família, lar”, então houve uma falha quando pensaram na construção dos banheiros ou não pensaram neste trabalhador que estuda à noite.

As salas de aula são arejadas, com iluminação um pouco precária, o quadro é verde, o que facilita a visualização, as classes possibilitam guardar o material embaixo da mesa, com bastante espaço, permitindo colocar caderno, caneta, lápis, borracha.

Em tal espaço, os alunos trabalhadores vivenciam a liberdade, devido ao gerente não se fazer presente na escola. Mas o controle permanece, pois o gerente solicitou à coordenadora pedagógica que emitisse uma lista de chamada semanal, para que ele pudesse acompanhar e controlar a presença dos trabalhadores na escola, a qual negou tal pedido alegando ser inviável tal ação. Segundo o relato dos trabalhadores, foi acordado com os operários que, caso tivessem mais de duas faltas no mês não justificadas para o gerente da empresa, eles teriam de pagar a mensalidade da escola daquele mês. A negativa da escola em fornecer tais informações dificultou a ação do gerente, mas não o inibiu de ir constantemente à escola, no horário inverso das aulas, sondar estas frequências, o que esporadicamente a direção da escola fornecia, pois ele ia à escola com uma lista dos nomes de alguns funcionários, dos quais tinha dúvida acerca do comparecimento às aulas. A partir desta atitude percebi que a vigilância continuava por parte da empresa e que há trabalhadores que fazem o papel do gerente à noite, isto é, expõem quais os trabalhadores que estão e os que não estão comparecendo à escola.

O espaço educacional mudou, mas o controle permaneceu. A escola negou-se a emitir esta lista de presença, justificando ser inviável conseguir as listas de chamada com todos os professores toda a semana. Além disso, a folha de chamada é um documento da escola. Por outro lado, para os funcionários ainda seguia valendo o contrato, embora a proposta do gerente não seja regularizada perante a lei trabalhista, serviu como coação.

A escola proporciona aos alunos outros espaços, fora o da sala de aula, que esses alunos-trabalhadores estão experimentando: a biblioteca e o laboratório de informática, podendo ser usados para pesquisas e digitação de trabalhos, embora alguns ainda não saibam usar estas ferramentas de estudo, mas tudo é um aprendizado. Isso não era possível na empresa, já que tais ambientes não eram disponibilizados.

Outro problema enfrentado pelos alunos é o fato de alguns professores exigirem o uso do computador em pesquisa pela Internet e também consultas à biblioteca sem a devida orientação ao educando e sem considerar a falta de tempo destes para atender a tantas cobranças. Se por um lado há jovens que nos ensinam a usar recursos da informática, por outro há os trabalhadores da empresa pesquisada que têm pânico, medo, não sabem usar estes meios e desconhecem seu funcionamento.

3.4 A estrutura pedagógica da empresa e da escola:sobre “ambientes educacionais”

Uma equipe educacional constitui-se por vários profissionais, desde o professor ao funcionário da limpeza. E, pensando na escolarização dentro da empresa, vejo muitas ações sendo realizadas visando ao bem-estar do trabalhador. Outras, porém, nem tanto, como é o caso do programa de conteúdos a ser desenvolvido até a data das provas do supletivo da 5ª CRE, que desconsidera o tempo de aprendizado do educando e preocupa-se com o programa a ser desenvolvido dentro do prazo.

As aulas, na empresa, começavam em fevereiro com um período muito curto de aulas, já que as provas seriam aproximadamente em outubro ou novembro, e reiniciavam no dia seguinte após a prova, sem férias neste período. As férias eram em janeiro e coincidiam com as das professoras. Os conteúdos desenvolvidos eram estipulados pela 5ª CRE. Havia, no entanto, um agravante para atender a duas turmas tão distintas. Tínhamos uma turma de ensino fundamental e outra de ensino médio, sendo que, no ensino fundamental, havia diversidade nas séries. Havia no ensino fundamental alunos de 1ª a 8ª série, dificultando o aprendizado, pois alguns aprendiam a “pegar” o lápis, outros aguardavam textos para interpretar. Tentei minimizar esta diferença nas turmas, mas não foi possível. O gerente pediu-me que solicitasse àqueles que estivessem mais à frente que atuarem com paciência com o colega.

Mesmo assim, esses trabalhadores com apenas a 1ª série continuaram assistindo às aulas. Para auxiliá-los nos seus estudos, arranjei um horário mais cedo, antes da aula. O mesmo acontecia com a turma do ensino médio. O gerente exercia a função de “coordenador pedagógico”, embora sem conhecimento algum sobre educação, função esta imposta pela direção da empresa. Este organizava os horários, as turmas, folha de chamada, material didático, livros, local para tirarmos cópias, liberação para realizarmos atividades diferenciadas, tudo precisava passar por suas “mãos”, senão éramos chamadas para esclarecer as razões por que ele não foi comunicado.

Não tínhamos autonomia para desenvolver nossas atividades extra-classe, mas, dentro da minha sala de aula, realizava uma prática que estimulava estes trabalhadores a refletirem e refazerem sua prática na empresa, na sociedade, em casa, nos grupos de amigos. Esquecíamos que estávamos em um ambiente empregador e, se os empresários escutassem minhas aulas, eu poderia até perder meu emprego, mas o meu objetivo enquanto educadora era contribuir, auxiliar o educando para que produzisse uma consciência crítica em relação ao mundo que o rodeia. Com base em Fiori (1987, p.67), afirmo que “As estruturas podem aprisionar o homem ou propiciar sua libertação, porém, quem se liberta é o próprio homem”. À luz deste pensamento, esqueci todos os riscos e fui à busca dos meus objetivos com os trabalhadores aqui citados. Várias vezes, os trabalhadores, angustiados, traziam para a aula questões polêmicas, de difícil resposta, pois estavam diretamente relacionadas com a sua posição na empresa, ou seja, de operários. Eu ficava

ansiosa, pois tínhamos um programa pré-determinado pela 5ª CRE para desenvolver e, ao mesmo tempo, questões vitais desse trabalhador e suas angústias não poderiam ser esquecidas. Seguindo as palavras de Freire (1996, p. 164-5), *“Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura reacionalista”* O projeto de escolarização na fábrica, após transferido para a escola, oferecia um currículo permanente, segundo a coordenação. Além de um programa curricular, tem algo novo para esses trabalhadores: a avaliação. Para a avaliação, agora junto à Escola, a direção, juntamente com a coordenação, nos solicitava algumas considerações, como relevar a idade dos educandos, pois a maioria, trabalhadores da empresa que comprou várias vagas, estava se aposentando. Estes fatores, quando avalio, não levo em consideração, pois a avaliação tem por objetivo verificar o aprendizado do aluno, indiferente de sua idade, etnia, religião, etc. A avaliação é o que me afligia, mais ainda devido à cobrança por parte da direção.

4. Uma prática educacional pode conscientizar alunos-trabalhadores

A *conscientização* é o conceito central na filosofia da educação do pedagogo brasileiro Paulo Freire. A reflexão sobre o que o cerca permite ao homem desenvolver uma consciência crítica. É, então, um “ato de conhecimento”, que implica “a revelação gradual da realidade”. A consciência do *outro* (sempre *sujeito*) é despertada e funciona ao longo de todo o processo educativo.

Na reflexão sobre si próprio, o educando, numa dinâmica de *compreensão*, objetiva a sua forma de falar do mundo em que está inserido; este, num distanciamento crítico da sua forma de pensar o mundo e suas relações, transforma-se num objeto para si próprio, o que permite tornar a sua consciência mais crítica e mudar atitudes e formas de agir.

A conscientização leva à construção de patamares sucessivos de participação em ações de formação e de transformação numa “*sociedade ativa*”. Isto é, a formação de educadores/as, professores/as e formadores/as, na perspectiva da conscientização, implica uma “*cultura não - tranquilizante da educação de adultos*”. Diz-nos Freire (1977a, p. 48):

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para a transformar. (...) Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna; (...) Isto é verdade se se refere às forças da natureza (...) isto também é assim nas forças sociais(...). A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer.

Ao se falar em Freire é preciso não só ressaltar a figura do educador bem como é necessário contextualizá-lo como homem, e pensador do seu tempo. Sua luta e presença no campo educacional muito foi dedicado ao tema da “opressão”, principalmente por ter sido um homem que fez uma leitura concreta do mundo do oprimido, da complexidade da relação entre oprimido e opressor, para, então, propor uma pedagogia libertadora, que consiste em uma educação voltada para a

conscientização acerca dos processos de opressão (pedagogia do oprimido) vividos pelas pessoas e a proposta de ações transformadoras.

Segundo Andreolla (1997), a categoria “opressão” em Freire assume dimensões várias. A saber, na dimensão *antropológica* mata a cultura do homem, o seu saber enquanto homem (nas palavras de Boaventura Santos, um “*epistemicídio*”: matar o conhecimento do outro); na dimensão *psicológica* derruba com o “ser”, o “eu” do homem, permitindo como consequência sua coisificação e ou despersonalização; na dimensão *ontológica* coloca-se paralelamente à desumanização, enquanto “ser homem”; na dimensão *econômica*, a opressão permite que ricos estejam cada vez mais ricos e pobres, cada vez mais pobres.

Contudo, no sistema capitalista a ideologia do “ter mais” se concretiza na relação dominador e dominado; na dimensão *política* há desenfreada ação do poder central sobre a periferia, isto é, ou são leis que beneficiam e privilegiam alguns, ou são “medidas provisórias” que retratam um poder autoritário, cego às necessidades e prioridades de uma grande maioria; e por último a dimensão *pedagógica*, cujo caráter de opressão se estabelece na forma de leis que na prática retrocedem às conquistas e desejos de toda comunidade educativa e também na forma de relação professor e aluno e todas as nuances do sistema de ensino (currículo, prática pedagógica e avaliação).

As dimensões referidas encontram embasamento na obra e vida de Freire, apontando caminhos para a pedagogia da “*consciência*”, na qual o próprio Freire propõe ao educando criticidade, criatividade e ação diante do que está dado: é preciso que o oprimido tenha consciência de sua opressão (pedagogia do oprimido). “Pedagogia do Oprimido”, assim possibilita-nos refletir sobre a situação dos operários em causa e também da minha prática pedagógica. Ao tratar da pedagogia da “*pergunta*”, o educador torna-se sociólogo da sala de aula e reflete a relação professor e aluno enquanto concepção bancária x concepção libertadora. Na concepção bancária, o educando é depositário de dados, de conhecimentos, através da transmissão; o aluno é receptor, acabando, assim, por armazenar e reproduzir nos exames o que “recebeu”, de forma automática, sem demonstrar conhecimento crítico. Nesse caso, não permite ao educando a libertação, a emancipação, tão pouco cria as condições de mudança. Sobre a educação bancária, Freire (1983, p.66) nos diz:

O educador faz “depósitos” de conteúdos que devem ser arquivados pelos educandos. Desta maneira a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. O educador será tanto melhor educador quanto mais conseguir “depositar” nos educandos. Os educandos, por sua vez, serão tanto melhores educados, quanto mais conseguirem arquivar os depósitos feitos.

Essa afirmação mostra que, através da “*problematização*” da realidade, da sua (re)significação, é possível desenvolver uma concepção libertadora na relação professor - aluno - conhecimento - aprendizagem.

Entre educador e educandos pode não haver relações de verticalidade, em que um é o sujeito e o outro objeto, realidade esta que me deparei quando comecei a trabalhar com a turma de operários aqui referenciados. Do ponto de vista de Freire, a pedagogia deve ser dialógica, pois ambos (educador e educando) são sujeitos do ato cognitivo. Esta foi uma das características de minha aula, pois é um momento de diálogo, construção de conhecimento em que todos dão sua opinião com relação às aulas. É o “aprender ensinando e o ensinar aprendendo”. O diálogo, em Freire, exige um pensar verdadeiro, um pensar crítico. Este não diferencia homens e mundo, mas os vê em contínua interação. Como seres inacabados, os homens se fazem e refazem na interação com o mundo, possibilidade de realização de sua práxis transformadora. A prática pedagógica passa a ser uma ação política de troca, de consolidação e de transformação; assim passaram a ser realizadas as aulas na empresa aqui recordada e pesquisada. Num primeiro momento, os educandos assustaram-se, resistiram, mas aos poucos foram percebendo que é necessário opinar/decidir sobre a sua formação, isto é, escolher o que desejam aprender ou onde vão usar tal aprendizado.

O que Freire nos ensina hoje é colocar em prática o que sabemos. Também os cursos de formação de professores tomam conhecimento da proposta de Freire; vários estudos e publicações têm mostrado que essa proposta perpassa tanto o ensino formal como o não-formal.

Nas análises de currículo, prática pedagógica e avaliação, em nossas escolas, é possível perceber aplicabilidades de sua proposta, ou seja, os conteúdos são interdisciplinar (politécnicos). Quando abordamos a necessidade de união entre teoria e prática enquanto metodologia e a democracia enquanto gestão, nós nos damos conta da pedagogia da problematização como afirma Freire.

Como educadores, encontramos em Freire uma dedicação com relação ao social. A busca de alternativas e propostas deve ser uma constante em nosso dia-a-dia, no sentido de resgatar o “*homem*”, o “*cidadão*” e o “*trabalhador*” da alienação de seu “*ser*”, de seu exercício de cidadania e de sua dignidade. Ainda, como homens de seu tempo, devem aprender em Freire a ter presente o nosso tempo sem alienação do real. As propostas pedagógicas devem ser alternativas de “*humanização*” em contraposição ao processo de relações econômicas, que resultam em alienação do homem e na expropriação de seu saber.

Faço uma análise de minha prática educacional para que, explicitando o modo como desenvolvo minhas aulas, possa expor um trabalho que proporciona ao educando um espaço de crescimento. Para melhor entender os desejos de trabalhadores e empresários com a educação, não posso esquecer o contexto em que se situam, é claro, apresentando o contexto em que estou inserida, isto é, em uma fábrica que segue o sistema capitalista.

Segundo Marx (1968), em O Capital, com a venda da força de trabalho, o trabalhador é considerado igual a uma mercadoria, é “coisificado” na relação de produção, é “apropriado” pelo capital. As relações de produção passam pelos critérios do “capital” e não pelos critérios da “humanidade”.

A mercadoria encobre as características sociais do próprio trabalho dos homens. Fernandes (1989) explica assim este fetichismo da mercadoria:

(...)...quanto mais o trabalhador se apropria do mundo exterior, da natureza sensorial, através do seu trabalho, tanto mais ele se priva de meios de vida segundo um duplo aspecto; primeiro que cada vez mais o mundo exterior sensorial cessa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que cada vez mais cessa de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador. (...) apenas como sujeito físico ele é trabalhador.

As categorias diálogo, opressão, problematização, conscientização, libertação, que definem o homem político, encontramos nas obras de Freire, ou seja:

sua proposta vai além das críticas das formas educativas atuais, porque se define como uma pedagogia da consciência, como consciência crítica enquanto conhecimento e práxis de classe;

a revolução necessária para a transformação social que não considera o amor, apenas substituirá o opressor e o oprimido passa a ser o novo opressor, que dará continuidade a mesma lógica da dominação;

a revolução deve ser entendida como um processo, uma mudança democrática e não apenas como uma ruptura. A revolução é um processo político pedagógico de transformação, que requer reconstrução do poder em novas formas de relação. *"A revolução que deve ocorrer é uma grande ação cultural para a liberdade, realizada pelo povo (Freire, 1977)"*;

a pedagogia do oprimido tem por base o diálogo, necessidade ontológica do ser humano.

Em sua experiência como educador, Freire (1987, pg. 81), constatou a *"teoria da consciência opressora"*, do que decorre a denúncia de sua intencionalidade, seus propósitos enquanto ideologia dominante, conforme registrou em *Pedagogia do Oprimido*:

A educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática de dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado no mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente nos homens.

Embora Freire (1996, pg. 60) admita os condicionantes sociais, não descarta a possibilidade das mudanças a partir do interesse das maiorias, como ele mesmo reforça:

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.

O educador advoga a postura do indivíduo progressista *"criticamente esperançoso"* e atribui a fatos da modernidade, como a globalização, ao que ele chama de *"desproblematização do futuro"*, já que reduz a compreensão histórica, através do discurso fatalista neoliberal como algo posto, que procura convencer as pessoas de que esta realidade é natural.

Neste sentido, podemos compreendê-la como resultado dos avanços do Iluminismo, em que a lei divina é substituída pela certeza da observação empírica, cuja característica principal centra-se na concepção do ser humano enquanto sujeito da história.

Freire (1992), através da Pedagogia da Esperança, lançou o seu manifesto ao mundo, a despeito de todos estes acontecimentos que, para ele, nada mais eram do que a vontade do sistema capitalista de *"matar os sonhos e a utopia"*; reafirmou a esperança, como ele mesmo disse, *"não por pura teimosia, mais por um imperativo existencial e histórico"*.

Embora se mostre neutra, a globalização tem uma função ideológica à medida em que procura mascarar a dominação por parte do capitalismo e, assim, em seu movimento aumentar o desemprego e a exclusão social.

Freire, com seu olhar aguçado e crítico, denuncia que uma das características implícitas da globalização é justamente alienar e convencer os indivíduos de sua impotência, vendendo a idéia de que nada se pode fazer no sentido de alterar esta realidade atual.

Para Freire, a globalização, além de fortalecer a idéia imobilista, também reforça o poder de mando das minorias, as que de fato participam deste grande jogo. O educador recusa o fatalismo imposto pela globalização e reforça a opção pela rebeldia, enfatizando que o ser humano é maior que os mecanismos que procuram reduzi-lo.

Nesta perspectiva pessimista da globalização, onde termina com a história e com as utopias, justifica-se a luta por uma prática pedagógica que humaniza. Freire (1992) entende que o discurso do fim da História leva as pessoas a eternizar as perversidades do hoje, já que não há amanhã diferente, tampouco possibilidades de mudança.

Mas, como ele é o educador da esperança, da mesma forma que propaga isso ao mundo, também propõe e vislumbra que este mal-estar causado pela globalização *"terminará por consolidar-se numa rebeldia nova em que a palavra crítica, o discurso humanista, o compromisso solidário, a denúncia veemente da negação de homens e mulheres e o anúncio de um mundo 'gentificado' serão armas de incalculável alcance"*. (1996, pg.145).

De forma bastante clara, Freire afirma que o fundamental numa determinada teoria de transformação política e social é o que parte da compreensão de que o mais importante são as pessoas, *"seres fazedores da História e por ela feitos também, seres da decisão, da ruptura e da opção"* Freire (1996). O que não é o caso da liberdade do comércio que, nos valores da globalização, se coloca acima da liberdade do ser humano. Neste sentido, Freire entende que a *"liberdade do*

comércio sem limite é licenciosidade". Vê, como uma das formas de perversidade da globalização, o progresso científico e tecnológico; demonstra também que este não responde aos interesses humanos, em função disso, no olhar do autor, compromete sua significação. A esse respeito, Freire (1996, p. 147) acrescenta ainda que: "A um avanço tecnológico que ameaça a milhares de homens de perder seu trabalho deveria corresponder outro avanço tecnológico que estivesse a serviço do atendimento das vítimas do progresso anterior".

Não é à toa que os robôs se multiplicam por toda parte. Verifica-se que a perda de empregos para os robôs estão crescendo a uma velocidade muito mais alta do que os empregos para os seres humanos. O homem moderno enfrenta, hoje, a concorrência dos novos entes que ele mesmo criou. Esta é a realidade do setor industrial, é a terceira revolução industrial com a qual nos deparamos. Trabalhadores enxergam as máquinas como eternas concorrentes e o empresário como um método para produzir mais em menos tempo e menores custos, conforme Frigotto (1995). Estamos passando por um momento de transformação do sistema econômico, isto é, o capitalismo encontrou uma saída, pois estava sufocado, que foi a passagem do sistema Fordista-Taylorista para o Toyotista, modelo atual em que nos encontramos, que exige um trabalhador mais qualificado, ágil, participativo, que saiba trabalhar em grupo, adestrado para as necessidades do mercado consumidor.

O capitalismo também não consegue transformar totalmente o trabalhador, pois ele começa a perceber que o trabalho desumaniza, degrada, aliena e dá início a uma série de exigências, ou seja, vai ao encontro dos sindicatos para auxiliá-lo e assim, trabalhadores mais conscientes aparecem.

4.1 Um projeto de escolarização criado por empresários pode adestrar seus trabalhadores.

4.1.1 Influência da família

Ao longo da história brasileira, a família veio passando por transformações importantes que se relacionam com o contexto sócio-econômico-político do país. No

Brasil - Colônia, marcado pelo trabalho escravo e pela produção rural para a exportação, identificamos um modelo de família tradicional, extensa e patriarcal. Os casamentos baseavam-se em interesses econômicos, em que a mulher era destinada à castidade, à fidelidade e a subserviência. Os filhos, considerados extensão do patrimônio do patriarca, ao nascer, dificilmente experimentavam o sabor do aconchego e da proteção materna, pois eram amamentados e cuidados pelas amas de leite, como refere Giddens (2005).

A partir das últimas décadas do século XIX, identifica-se um novo modelo de família. A Proclamação da República, o fim do trabalho escravo, as novas práticas de sociabilidade com o início do processo de industrialização, urbanização e modernização do país, constituem terreno fértil para a proliferação do modelo de família nuclear burguesa, originário da Europa. Trata-se de uma família constituída por pai, mães e poucos filhos. O homem continua detentor da autoridade e "rei" do espaço público; enquanto a mulher assume uma nova posição: "rainha do lar", "rainha do espaço privado da casa". Desde cedo, a menina é educada para desempenhar seu papel de mãe e esposa, para zelar pela educação dos filhos e pelos cuidados do lar, conforme expõe GIDDENS (2005). Para exemplificar este modelo de família, transcrevo o relato do trabalhador "B". Quando questionado sobre as decisões em sua casa, ele diz: *"Tranquilo, só eu que decido, a mulher não decide e a filha também não decide."* Já o trabalhador "A" nos diz:

Eu pego e escolho um deles e mando lá tal dia tem que pagar tal conta e eu não falo mais e ali fica gravado na cabeça deles, ele pagam. Se eu tenho que comprar um objeto que eu não tenho dinheiro ou tenho que fazer uma conta a longo prazo que eu pergunto, tanto para o guri e para a guria, como é mais fácil, como deve ser decidido; porque de repente eles querem se meter porque querem comprar uma calça ou uma camisa e aí não vai sobra espaço. Aí a gente dá aquela conversinha amigável, ali eu tiro uma conclusão e aí a gente pega aquele caminho ali, a última palavra é a minha. E a gente senta e trabalha em conjunto né, mas a última decisão é a minha eu que decido, eu tiro a opinião deles mas quem decide sou eu.

Com base na fala desses trabalhadores percebo que se encontram numa consciência mágica, segundo Oliveira (1996, p. 36), por *"ser uma característica da sociedade latina que é autoritária, rígida"*, não se preocupando com a opinião dos familiares.

No âmbito legal, a Constituição Brasileira de 1988 aborda a questão da família nos artigos 5, 7, 201, 208 e 226 a 230. Traz algumas inovações (artigo 226), como um novo conceito de família: união estável entre o homem e a mulher (§ 3º) e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (§ 4º). E ainda reconhece que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher (§ 5º).

A família sempre teve forte influência em relação à escolarização de seus filhos, isto é, mostrando-lhes a importância de estar estudando para ascender profissionalmente. A responsabilidade para mostrar o melhor caminho a seguir era da família. Na Roma antiga, por exemplo, encontrávamos uma mistura de aprendizagem familiar e de participação na vida adulta em geral. O jovem varão acompanhava o pai no trabalho da terra e na guerra, enquanto as filhas permaneciam junto com a mãe ajudando-a em outras tarefas. A sede da aprendizagem social e para o trabalho continua sendo a família, segundo Chinoy (1975).

Neste modelo patriarcal, o pai detém o poder das decisões, mantendo elementos necessários para uma família distinta como o respeito. Nos relata Chinoy (1975, p. 62), que *“Os dois elementos institucionais centrais da família são o matrimônio e a paternidade. O primeiro, que precisa ser distinguido sociologicamente da família, consiste nas regras que governam as relações entre marido e mulher”*.

Os sociólogos crêem que não podemos falar sobre “a família” como se houvesse um único modelo a ser seguido. O que podemos observar é que cada vez mais o modelo tradicional de família vem se erodendo no decorrer do século XX. Por esta razão se faz necessário falar em famílias, o que enfatiza a diversidade nas formas familiares que vivemos atualmente, como nos afirma Giddens (2005).

Atualmente as famílias incentivam a escolarização, no entanto a escola foi incumbida de mostrar os diversos caminhos para ascensão profissional através de palestras sobre mercado de trabalho, cursos de qualificação, etc. Com relação à escola, Enguita (1989, p. 109) afirma que ela adentra para o mercado capitalista, ao afirmar: *“O essencial não era já pôr os vagabundos e seus filhos a fazer um trabalho útil com vistas à sua manutenção, mas educá-los na disciplina e nos hábitos necessários para trabalhar posteriormente”*.

Para exemplificar o dia-a-dia do trabalhador “A” com a família, questionei, acerca do momento em que todos se reúnem em casa para conversar, esse trabalhador, nos diz: *“Tem, se não tem eu convoco tal hora nós vamos ter que sentar para conversar.”*. Já o trabalhador “B” relata que: *“Final de semana, porque horário da noite é corrido, estão todos estudando, o horário é pouco, durante o dia estou no serviço e à noite na escola, o horário que o cara chega em casa é tarde, noite, direto para dormir.”*.

Percebo que este momento para diálogo não existe diariamente, a “corrida contra o tempo” está cada vez mais presente, pois os dias atuais exigem um trabalhador mais eficaz, e o convívio com a família tornou-se secundário. Os valores estão invertidos, porque vivemos num sistema econômico, capitalista, que visa o lucro, a produção.

4.1.2 – Desvalorização ao sindicato

Desde as primeiras décadas da República Velha a luta operária vem buscando conquistar os direitos fundamentais do trabalho. Nos movimentos operários e sindicais são constantes as reivindicações que visam às melhoras salariais, redução de jornada de trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, férias, estabilidade, etc.

Como um dos objetivos era a melhora trabalhista, os operários fizeram surgir três tipos distintos de sindicato, sendo eles: sindicato por empresa, sindicato por indústria e sindicato por profissão ou ofício, para assim melhor atender as necessidades do trabalhador.

Contudo, os sindicalistas lamentam que não se consiga enfrentar o “monstro”, o “rojão” neoliberal. Estamos mais na resistência do que na ofensiva, com dificuldade de dar conta do monstro, do projeto neoliberal. Aliás, acredito que o movimento sindical falou, mas não estava organizado para enfrentar, não se preparou para enfrentar o rojão do projeto neoliberal... Estamos disputando sem ter

propostas, o sindicato está enfrentando com muito discurso e pouca prática, o sindicato manifesta uma coisa no jornal, correto do ponto de vista da análise crítica do modelo neoliberal e da economia globalizada, mas do ponto de vista da prática, não organiza os trabalhadores. Temos que trabalhar pela organização dos trabalhadores, mas sendo capazes de fazer autocríticas.

As características de um sindicalista, segundo Antunes (1995, p. 72):

Há unanimidade: para ser sindicalista é preciso muito “ideal”, “utopia”, “compromisso”, “crença”, “sacrifício”... “é 24 horas dentro do sindicato”. “Ser eticamente coerente com as suas idéias de defesa da categoria e saber também que vai ser um sacrifício para a sua vida pessoal... “Muita abnegação, muito compromisso, muita clareza de que a organização e o trabalho toma praticamente todo o tempo da nossa vida e que apesar do movimento sindical tomar quase todo o tempo da nossa vida é preciso que a gente pense também na gente”. “Ter compromisso pessoal e social com a transformação da sociedade. É isso que nos marca como primeiro elemento.

A sociedade, da maneira como está estruturada, com uma divisão de classes, com antagonismo, do modo como vive e com falta de democracia, não conseguirá uma emancipação humana. O discurso e a motivação são fortemente ideológicos. Dessa concepção quase “missionária” do que é ser sindicalista docente, decorre o seu papel. O papel do dirigente sindical e do sindicato é de defender os interesses históricos da classe trabalhadora que se opõe a uma outra classe social. Portanto, o dirigente sindical tem que ter clareza sobre isto, a favor de quem ele está lutando, contra quem ele luta... Ele tem que ter capacidade de entender os problemas da sua categoria, os problemas da instância que ele está militando e saber coordenar as diversas propostas e divergências que existem num determinado momento, numa determinada ação, para poder encaixar as propostas mais corretas naquele momento.

O sindicato é muito importante para a categoria na defesa dos salários e na melhoria da qualidade dos serviços educacionais. Para exemplificar este pensamento sobre a função do sindicato transcrevo a fala do trabalhador “A”, que nos diz:

Através das folhinhas, fico sabendo das decisões do sindicato, já participei das palestras, reuniões, mas vejo hoje o sindicato como o funcionário sem força nenhuma, serve para tentar decidir melhores

salários e pra dar o sistema de médico, dentista mais barato para o funcionário.

Trabalhador “B”

Através dos funcionários do sindicato que vão até as empresas e entregam o jornalzinho, fico sabendo as decisões do sindicato. Não vou às reuniões por causa do tempo e nunca me interessei, só fico sabendo pelo jornal. Por que ali entre eles se pegam um puxar pra lá, um punhado daqui e um punhado dali, no fim das coisas quem decide mesmo é o patrão e eles aceitam. Sei que quanto mais pessoas lá dentro do sindicato, nas reuniões lá é mais força, mas eu to fora. Deixa eles lutarem pela situação dos funcionários, por salário e de mais qualificação para os funcionário.

Percebo que esse trabalhador encontra-se com uma consciência ingênua com relação ao sindicato, destacando assim alguns pontos positivos, tais como: luta pela carreira, pela formação, pela valorização, por um projeto alternativo de sociedade. Ficando nestes pontos positivos, não indo em busca de melhoras, aguarda que alguém lute por ele, pois há um líder que o representará sem questioná-lo, se estes têm os seus mesmos interesses.

Mas há algumas falhas e críticas com relação à ação do sindicato: perigo do desemprego e dificuldade de organizar greves, criação de novos instrumentos de mobilização, falta de acompanhamento mais próximo das políticas governamentais, principalmente as que discutem os recursos do governo par haver maior investimento no setor. Os sindicatos não acompanham devidamente os orçamentos do governo, falta maior participação dos sindicalistas no governo e dos trabalhadores junto ao sindicato. Também falta uma prática sindical mais democrática e de valorização da mulher. Além disso, há grande dificuldade na formação de novas lideranças.

Surpreendentemente, os dirigentes sindicais são muito críticos em relação ao próprio modelo dominante de sindicalismo vigente hoje no Brasil. Ao contrário do que se poderia supor, atacam freqüentemente os sindicatos pelo seu imobilismo, Antunes (1995).

Com base na fala dos entrevistados, percebi descrença com o sindicato, devido aos fracassos nas greves e nas reivindicações em prol do trabalhador. Todos os fatores citados leva ao desprezo com relação ao sindicato. Eu, enquanto

pesquisadora, imaginei que neste ambiente os trabalhadores pudessem discutir e lutar por seus direitos e os sindicalistas os representariam frente aos empresários após uma decisão unânime da categoria, realidade que não foi encontrada na fala dos entrevistados.

4.1.3 A escolarização qualifica para o mercado de trabalho?

A tendência mundial aponta para um fenômeno aparentemente irreversível e com intensidade crescente: a globalização dos mercados, decorrente da internacionalização da economia. Nesse novo ambiente, o Brasil, para ampliar e consolidar sua presença no comércio internacional, tem de adequar sua produção aos padrões de qualidade e produtividade vigentes na economia mundial. Assim, a escola é vista como meio de formação (adestramento) para o empresário que busca este espaço para seu trabalhador, que busca nos processos de escolarização uma ascensão profissional. O objetivo da escola, ao contrário do discurso, deixou de ser a instrução e passou a atender às necessidades do mercado, segundo Enguita (1989, p. 116):

A questão não era ensinar um certo montante de conhecimentos no menor tempo possível, mas ter os alunos entre as paredes da sala de aula submetidos ao olhar vigilante do professor o tempo suficiente para domar seu caráter e dar a forma adequada a seu comportamento.

O processo de modernização se dá tanto pelas inovações tecnológicas, lideradas pelas áreas de informação e microeletrônica, quanto pelos novos processos organizativos e gerenciais. O ritmo de expansão horizontal das inovações tecnológicas desses setores para outros ramos industriais e de serviços tem sido intenso. A previsão é que cada vez mais empresas adotarão processos modernos de produção e, portanto, a qualificação profissional do trabalhador poderá constituir-se em nó crítico para a expansão desses processos.

O país tem, portanto, um enorme obstáculo a vencer: o de qualificar, em tempo coerente com as necessidades, os trabalhadores, para assegurar-lhes empregos de qualidade e garantir o sucesso do processo de modernização produtiva, embasada nas teorias de Frigotto (1995).

Essa tarefa esbarra na superação dos seguintes pontos de estrangulamento:

- 1) os baixos níveis de escolaridade dos trabalhadores;
- 2) o grande número de jovens egressos, a cada ano, do sistema educacional, com preparo inadequado para enfrentar as exigências do mercado de trabalho;
- 3) a falta de atualização e ineficiência do sistema de formação profissional para atender com rapidez às mudanças tecnológicas e gerenciais;
- 4) a inexistência de metodologias de ensino adequadas às novas necessidades do setor produtivo e ao perfil educacional desejado do trabalhador; e, por último,
- 5) a inexistência do componente de qualificação profissional na política pública de combate ao desemprego.

Essa realidade acarreta desperdício, para o empresário, macroeconômico dos investimentos, devido à má utilização ou à subutilização da tecnologia instalada e à incapacidade do trabalhador de adequar-se às modernas técnicas de gestão, dado seu baixo nível de escolaridade.

Esse problema é histórico; ressalvadas as exceções, a sociedade brasileira pouco valorizou a escolaridade como fator determinante da superação do subdesenvolvimento. Conseqüências visíveis desse fato são as críticas condições do sistema de ensino, em especial do ensino público, e a ausência de políticas públicas de formação profissional.

Não se deve deixar de mencionar a experiência de mais de 50 anos do sistema Senai/Senac, que durante boa parte desse período teve um papel significativo na qualificação dos trabalhadores, servindo de modelo para outros países latino-americanos, sem, no entanto, estar conectado a políticas públicas, segundo Rodrigues (2005).

Hoje, há necessidade de enfrentar, com urgência, a questão educacional com a finalidade de melhorar a qualidade da educação, para obter resultados positivos a médio e longo prazo e, ao mesmo tempo, equacionar uma política de formação profissional que interligue a qualificação dos trabalhadores, a sua conscientização e as exigências do setor produtivo. Para assim, na visão empresarial, atender a ordem econômica que exige trabalhador flexível, participativo, que trabalhe em equipe, competente, competitivo e que responda aos rigores da qualidade total, com base nas críticas de Frigotto (1995).

Isso se torna importante tanto para atender aos trabalhadores adultos quanto para preparar os jovens educandos, futuros trabalhadores, cujas exigências educacionais serão maiores e bem mais complexas, a cada novo tempo.

Segmentos de empresários e trabalhadores têm-se sensibilizado, cada vez mais, para a importância da educação e da formação profissional. Essa preocupação comum pode ser constatada pelo aumento das demandas específicas presentes nos acordos coletivos de trabalho, como a implantação de um projeto de escolarização para os trabalhadores nesta empresa na qual desenvolvi minha pesquisa.

O desafio é qualificar os trabalhadores com uma metodologia que rompa com a concepção tradicional de capacitação profissional e incorpore a formação escolar, para possibilitar a continuação do processo educativo do trabalhador. Este momento que estamos vivendo está presente nas falas dos trabalhadores “A” e “B” sobre a escolarização:

A - Comecei a estudar e vou indo até quando Deus quiser.

B – Seguir em frente com os estudos

A – Porque que eu vou fechar uma etapa e vou parar, se tem gente lá dentro da faculdade mais velha que eu.

B - Que é uma luta é, mas vou em frente.

A – Mas é gostoso, é uma luta, mas é gostoso.

B – Vamos seguir, não consigo mais parar.

A partir da entrevista com os trabalhadores acima, percebo um homem-objeto que foi massificado, sendo incapaz de lutar pela transformação da realidade opressora. Assim conceituo que esses operários encontram-se numa consciência fanática com relação ao assunto abordado na entrevista.

As instituições de formação, como de formação profissional e a rede de ensino técnico, não têm conseguido dar conta dessas novas exigências. Três fatores podem explicar tal incapacidade. A baixa qualidade do ensino fundamental é uma barreira à evolução da formação especificamente profissional, conforme o tradicional modelo alemão, no qual ocorre o direcionamento dos alunos para cursos acadêmicos, aos que se dirigem para as universidades, e para cursos profissionalizantes, aos que se dirigem ao mercado de trabalho. A concepção pedagógica continua, em boa parte, baseada no modelo fordista (de larga presença ainda no setor industrial). Por fim, a monopolização da oferta setorial de cursos profissionalizantes e a administração fechada das instituições de formação

profissional as distanciaram do cumprimento de seu papel social de educar e treinar os trabalhadores.

Por isso, a participação dos sindicatos na discussão acima referida é de primordial importância para, em conjunto com as instituições de formação profissional, por exemplo o CEFET e o Sistemas S, definir o conteúdo programático dos cursos.

Além do mais, as implicações da modernização produtiva dizem respeito à modernização das relações de trabalho. Posto assim, a educação e a qualificação profissional serão temas predominantes e permanentes para a sociedade brasileira. Tenho, como exemplo, a fala do trabalhador “A”, com relação ao seu retorno à escolarização, que diz:

As aulas são boas, acredito estar mais preparado a cada dia. Sei que o mundo evoluiu e é preciso estar preparado para enfrentar estas mudanças para não ficar par trás como eu estava. É na escola que aprendemos o que é necessário para nos manter lá fora. A escola oferece um professor especializado para cada disciplina, diferente das aulas na empresa, onde havia um só professor.

O efeito da chamada flexibilidade do mercado de trabalho, decorrente da modernização produtiva, poderá dificultar o acesso ao emprego, caso não haja uma política eficiente de educação e qualificação profissional que não vise somente a empregabilidade do trabalhador; ou seja, que forneça um conjunto de habilidades que possibilite ao trabalhador exercer sua profissão e refletir sobre ela de modo crítico. Percebe-se, na fala anterior, uma transição de consciência, de ingênua para fanática. Assim, a consciência crítica é alcançada por meio de uma prática educacional que objetiva a conscientização.

4.2 Um projeto de escolarização criado por empresários pode conscientizar trabalhadores

4.2.1 Família participativa na formação do educando/trabalhador

Na sociedade atual, a família tem sofrido transformações em sua formação, isto é, um modelo patriarcal será substituído por um modelo que não depende só das decisões do pai, antigo chefe da família. Afastando da família os papéis e as relações profissionais, a economia industrial diminui a necessidade da família extensa ou composta que exercia funções importantes na economia agrícola.

A mulher não é mais vista como submissa e dependente do marido, outrora desempenhando trabalhos no lar, sem remuneração. Na sociedade atual, ela desempenha atividades remuneradas fora do âmbito familiar, de modo a adquirir sua independência. Com tal mudança, os filhos são matriculados cada vez mais cedo nas escolas, transferindo, assim, a responsabilidade pela formação ao Estado, a formação, como nos diz Chinoy (1975, p. 232): *"Desde que poucos pais podem adestrar os filhos para os complexos e mutáveis papéis profissionais da sociedade industrial, a escola assumiu quase toda a responsabilidade dessa tarefa."* Assim, afastando cada vez mais pais e filhos, ou aproximando-os, como nos relata o trabalhador "A":

Quando ingressei no P.E.F²², os meus filhos passaram a se interessar mais pelos estudos. Antes já não queriam ir à escola, agora estão mais esforçados, o que me deixa muito feliz. Eles dizem que não querem que eu os deixe para trás, virou uma espécie de competição. Eu confesso que queria deixá-los constrangidos para que desenvolvessem o gosto pelo estudo.

Trabalhador "B", por sua vez, afirma:

Não percebi nenhuma mudança em minha família quando ingressei no P.E.F. Em minha casa todos estudam, minha mulher(esposa) começou a estudar este ano. Acredito que ela sentia estar ficando para trás ao observar eu e a filha estudando. A menina me ajuda nos fins de semana, quando não tem de estudar. Ela sabe mais do que eu e eu gosto muito da ajuda dela, não tínhamos momentos assim antes.

Ao analisar a fala destes trabalhadores enxergo a transição de consciência mágica à crítica, com relação à família; algo que antes era momento de convívio, atualmente há uma troca de experiências, um diálogo, embora o trabalhador "B" não perceba mudanças no mundo familiar, tal como o retorno da esposa à escola e que tal está relacionado à sua volta aos estudos. Segundo Oliveira (1996, p. 43), "Esse

²² "Projeto de Escolarização na Fábrica", (P.E.F), de minha autoria.

tipo de consciência se caracteriza pela sua profundidade de interpretação da realidade, onde explicações mágicas cedem lugar às explicações de caráter científico...". A fala dos operários vem ao encontro do que Oliveira nos relata sobre consciência crítica.

4.2.2 Uma representação sindical mais democrática e participativa

Os sindicatos são mais exigidos do que há alguns anos quando bastava ter um discurso ideológico para mobilizar os representados. Hoje o trabalhador mora, come, vive, precisa de saúde, precisa de um ambiente saudável, precisa, enfim, de cultura e de arte. Mais do que nunca, hoje, com o avanço do neoliberalismo a conseqüente diminuição do papel do Estado nestes locais, cada vez mais o trabalhador exige que o sindicato esteja presente na sua vida. Então, cada vez mais os sindicatos vão ter exigências que antes não tinham. É o nascimento do sindicato cidadão, do qual é necessário ampliar para toda a sociedade.

Na visão dos sindicalistas, segundo Antunes (1995), as inovações do governo, que segue um modelo de competição, vêm aumentando cada vez mais a carga de trabalho e mantendo o mesmo nível salarial. Aumentam as horas de trabalho, mas o salário continua o mesmo ou é corroído pela inflação (embora pequena). Daí as propostas que vêm dos governos não serem aceitas em sua totalidade.

Como exigência da própria tarefa sindical para responder aos novos problemas enfrentados pelo sindicato, surge o aperfeiçoamento profissional. O dirigente também tem de ser estudioso para entender um pouquinho das outras áreas, não só da sindical, como ocorre em geral, com nossa formação ortodoxa. O dirigente tem de ter a compreensão da política em nível nacional e internacional porque nós vivemos em situação de dependência.

Percebo que alguns líderes sindicais acompanham de perto a política de governo e a vida política do país, estão envolvidos politicamente, e procuram também acompanhar as reformas.

Portanto, estes são muito menos “conservadores” e “sectários” do que a imprensa brasileira, em geral, costuma mostrar.

Embora a referência à organização sindical em geral se faça com relação à abrangência de sua representação nas lutas em defesa dos interesses dos trabalhadores e da igualdade social, um dos grandes méritos da atual produção intelectual está em procurar entendê-la, enfatizando a sua complexidade e diferenciação, que varia conforme o país ou a região, o ramo da indústria ou o ramo econômico, e as diferenças decorrentes de qualificação, sexo, etnia, setor de emprego, tipo de contrato etc. Considera-se, dentre outros aspectos, embasada em Antunes (1995), que:

- sindicatos são instituições que surgiram, na maioria dos países (industrializados), como organismos de representação de interesses setoriais, freqüentemente locais e coletivos, e que se tornaram organizações mais abrangentes de forma lenta;
- em seu formato moderno, os sindicatos se estabelecem, com graus variados de eficiência, como órgãos que agregam e defendem os interesses de trabalhadores no âmbito nacional. Mesmo assim, suas estruturas e estratégias freqüentemente não conseguem superar particularismos divergentes;
- em tentativas de construção de organizações transnacionais, os problemas de representação são intensificados e agravados, devido às enormes diferenças de perspectivas dos sindicatos nacionais;
- os sindicatos são formas, dentre outras, de representação de assalariados, já que estes se reconhecem também dentro de pequenos grupos, quer de esquerda, de partidos de esquerda, quer de partidos de direita e, às vezes, de extrema-direita, presentes no mesmo lugar de trabalho;
- a avaliação das dificuldades por que passa o sindicalismo nos países industrializados têm variado nas análises sociológicas conforme a ênfase mais ou menos pessimista no que se refere à capacidade de reação dos sindicatos aos desafios colocados. Diversos fatores são apontados como razão para justificar esse momento de "crise" (e declínio das taxas de sindicalização).

As principais causas indicadas, segundo Antunes (1995), estão associadas às mudanças na estrutura produtiva, dentre elas:

- a "flexibilização" das relações de trabalho e o crescimento do trabalho em tempo parcial, tempo determinado e por conta própria;
- o uso intensificado da subcontratação, do trabalho a domicílio e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, além do crescimento do desemprego;

- a redução do emprego industrial provocada pelo avanço tecnológico e pela automação;
- a possibilidade atual das empresas de deslocamento e segmentação de suas atividades;
- o uso de novas formas de gestão que enfatizam a participação dos trabalhadores e desestimulam a sindicalização (Rodrigues, 1997; 1999);
- o crescimento do conflito de interesses e da competição entre os trabalhadores, ou seja, uma ruptura que separa os trabalhadores masculinos, nacionais, qualificados e de meia-idade (que tradicionalmente dominam a política dos sindicatos e da representação de interesses na empresa) e os grupos mais sujeitos aos riscos do mercado de trabalho (mulheres, jovens, mais idosos, deficientes). Com o desemprego estrutural, quase todas as reivindicações e negociações sindicais tendem a favorecer os primeiros em detrimento dos demais. A crise não só aumenta o poder do capital, mas também repercute na classe trabalhadora, instaurando um corte entre "vencedores" e "perdedores";
- o desemprego em massa. O medo do desemprego tornou-se um poderoso fator de desmobilização sindical. Embora os sindicatos venham tentando representar os interesses dos desempregados, o fato de estarem enfraquecidos no relacionamento com as empresas, acaba por torná-los completamente voltados para a defesa do interesse daqueles que ainda têm um emprego.

Finalizo afirmando que, apesar das circunstâncias adversas, segue existindo um espaço para as iniciativas estratégicas dos movimentos trabalhistas, de maneira que seja possível contar com novos meios para transcender as divisões e construir o interesse comum. O trabalhador, sujeito da pesquisa, tem consciência de que a sua participação no sindicato se faz necessária para que juntos possam traçar metas que satisfaçam as necessidades, tanto da empresa quanto do trabalhador, embora reconheça o quanto é difícil, num sistema capitalista, melhorar a situação do trabalhador. Na entrevista se fez presente esta fala do trabalhador "A":

Os representantes sindicais convocam os trabalhadores para as reuniões. Quando não há reunião, distribuem informativos. Já fui a várias reuniões, assisti palestras e coisas do gênero, atendendo ao pedido do sindicato. É através do sindicato que se decide salário, mas vejo ele sem força como nós, lá o funcionário tem direito ao sistema médico e dentista mais baratos.

Para o trabalhador “B”, por sua vez,

As decisões do sindicato são informadas através dos funcionários do próprio sindicato que vão às empresas e entregam os informativos (jornaizinhos), não sei se é mensal ou de 2 em 2 meses. Nunca participei das reuniões do sindicato, pois não tenho tempo e não gosto de participar delas, porque há muitas discussões, mas quem decide são os sindicalistas e os patrões. Os funcionários não participam das decisões, apenas recebem o comunicado do que ficou acertado. Sei que a força do sindicato depende do nosso apoio, mas eu não quero me envolver. Também sei que o sindicato luta para melhorar a situação do funcionário com relação a salário e outras coisas.

Neste momento, o trabalhador, ao reconhecer a importância de sua participação junto ao sindicato, mostra indícios de uma transição de consciência ingênua para fanática, que poderá avançar a uma consciência crítica no decorrer do processo. Isto ocorre quando reconhece que precisa envolver-se para fortalecer o movimento. Mas há indícios teóricos que o desmotiva a participar das assembleias, tal como a precarização da ação sindical.

A investigação sociológica sobre a crise do sindicato tem levado também à antecipação de cenários, desdobramentos e tendências para o futuro. As alternativas propostas variam, basicamente, entre os cenários que enfatizam mudanças nas atividades sindicais mais tradicionais de representação coletiva e aquelas que sugerem uma ampliação de atividades no sentido de incluir a representação de trabalhadores desempregados, "precarizados" ou excluídos do núcleo central da produção e até de um sindicalismo comunitário que, juntamente com outros movimentos sociais, voltar-se-ia para atender as necessidades dos que se encontram excluídos do mundo do trabalho. (ANTUNES, 1995).

Há certo consenso de que os sindicatos devem adaptar sua organização, estrutura e ação à heterogeneidade do mundo do trabalho, sem, no entanto, negligenciarem as forças que tendem a conservar o sistema de representação coletiva. A estabilidade da lei trabalhista, a necessidade da representação sindical e a falta de qualquer alternativa para tal representação são todos fatores que tornam a adaptação mais plausível do que uma revolução nas formas de representação coletiva dos trabalhadores. Na verdade, a questão da representação ainda é um

problema no contexto atual e a dúvida permanece sobre se os sindicatos serão ou não capazes de representar os interesses de todos os trabalhadores. (ANTUNES, 1995).

4.2.3 Escola e a aquisição de conhecimento.

Os currículos escolares, a tecnologia educacional e a metodologia empregada, como são hoje, demandam revisão, para que se constituam em elemento facilitador do processo de modernização da educação. Lembro-me de Apple (1998, p. 23), quando se refere ao pensamento de Freire com relação à educação, dizendo: “ Para ele , uma educação que não estivesse ligada a lutas pela emancipação e contra a exploração não merecia o rótulo de “educação”.

Ao lado disso, é importante abordar a questão da participação da sociedade nessa temática, como forma de exercício da cidadania. O governo deverá assegurar a participação dos atores sociais no equacionamento e na solução desses problemas, tendo em vista que a modernização das relações de trabalho só será conseguida se trabalhadores e empresários participarem ativamente dos destinos da educação e da formação profissional. Apple (1998, p. 30) expressa a posição dos educandos com relação à sua formação, em relação a visão do estudante como capital humano. “O mundo é fortemente competitivo economicamente, devendo ser concedidas aos estudantes, enquanto futuros trabalhadores, competências e condições para competirem eficiente e eficazmente”.

Existe uma desconfiança também em relação à participação das empresas na escola pública nas diversas formas de parceria (“adoção”, contribuições financeiras, troca de serviços, etc.) que elas estão hoje oferecendo. Para os sindicalistas, tal parceria não resolve o problema fundamental da falta de recursos públicos. Ao contrário, se constituem num álibi para desresponsabilizar o poder público, (FRIGOTTO, 1995, p. 99).

Entre empresário e governo é a mesma coisa, porque qual é o governo - seja ele estadual, federal ou municipal - que não tem interferência do mercado, interferência clara do empresariado. Não é possível acreditar que os empresários estão entrando nas políticas educacionais sem estar visando o mercado e o seu lucro.

Por outro lado, embora seu desenvolvimento dependa da correlação de forças entre os envolvidos, tende, por sua ênfase na individualização e nos resultados, a privilegiar a negociação ao embate, o envolvimento à postura crítica.

As mudanças que vêm ocorrendo no panorama econômico brasileiro não são inteiramente novas. Embora com um certo atraso em relação aos países centrais, já se observavam no país, durante a década de 1980, vários sinais de que pelo menos o setor mais dinâmico da economia estava alerta às transformações que se operavam em nível mundial, especialmente após a crise do petróleo, nos anos 70. Todavia, foi somente a partir do governo Collor que o empresariado se viu mais fortemente instado e/ou pressionado a rever suas formas de atuação e produção, no sentido de adequar-se às demandas por maior produtividade, tendo em vista a competitividade global.

Desde então se multiplicaram as manifestações e mesmo as práticas, nos mais diferentes setores, ora balizadas pelo cuidado e pela ponderação, ora simplesmente aderindo de forma não crítica a novos modelos e paradigmas, em favor da urgente necessidade de que o país se revisse para não ficar marginalizado no contexto internacional. Também não faltaram as críticas, ora tímidas, ora exacerbadas, mas, em muitos casos, também estas, procedentes e calcadas em cuidadosa análise das condições históricas do país. (FRIGOTTO, 1995)

Como se sabe, uma das áreas mais diretamente impactadas pelo debate que a partir daí se travou foi a educacional, para a qual se propuseram várias mudanças. O foco inicial das atenções foi o ensino básico e, neste, o fundamental. No momento atual as preocupações se voltam também para o ensino médio, seja pela necessidade de enfrentar o sucateamento a que o mesmo foi submetido nos estados, em decorrência da profissionalização compulsória imposta pela Lei 5.692/71, seja porque, como parte do ensino básico, também ele passa a ser objeto de mudanças, pelas razões acima indicadas. As alterações que estão sendo promovidas pelo MEC, nesse nível de ensino, especialmente na sua modalidade profissionalizante, articulam-se com as proposições do Ministério de Trabalho – MTb. Sendo a formação profissional, neste trabalho, o principal foco de atenção, é fundamental aprofundar o exame da formulação conjunta MEC/MTb de uma política para a educação profissional. A partir destes manifestos provindo dos governantes

com relação a educação e a profissionalização, os trabalhadores cada vez mais relacionaram trabalho/educação.

Esses espaços educacionais devem ser capazes de estimular o trabalhador na busca por sua emancipação. Freire (1979, p. 38) colabora com meu pensamento quando diz:

Uma sociedade justa dá oportunidade às massas para que tenham opção e não a opção que a elite tem, mas a própria opção das massas. A consciência criadora e comunicativa é democrática. As convicções devem ser profundas, porém nunca impostas aos demais; através do diálogo se tratará de convencer com amor; o contrário seria sectarismo.

Os trabalhadores entrevistados relatam as mudanças nos diversos relacionamentos em suas vidas, após participar do projeto de escolarização:

Conforme o trabalhador “A”,

O relacionamento com os chefes de setor melhorou. Parece que somos tratados melhor, vistos melhor. Não sei dizer por que isso acontece; mas parece que a pessoa sem estudo não é valorizada. O patrão não tem contato direto com o funcionário não para dizer se o relacionamento mudou ou não. Entre colegas sempre nos tratamos com respeito, não noto diferença. Na empresa melhorou muita coisa. Antes quem não cumpria horário e fazia o trabalho como o chefe mandava era demitido. Agora o trabalho é em equipe, se houver falhas todos serão responsabilizados.

O trabalhador “B”, por sua vez, afirma:

Não noto diferença nem na relação com o pessoal nem na empresa. Houve mudança entre os colegas que estão em aula ou concluíram, há boa relação entre eles. Estes têm chances de subir de cargo.

Percebo que o surgimento do projeto na vida dos trabalhadores, com os quais pesquisei, veio contribuir e para alguns reforçando que a escola é o único meio de formação e que, ao concluir a escolarização, irão ascender profissionalmente, reforçando um messianismo. Pois hoje a vida deles é dedicar-se à escola, aos temas, trabalhos exigidos pelas professoras, deixando seus prazeres e

diversão em segundo plano. Da mesma forma, o convívio com a família fica para segundo plano, como foi o relato destes trabalhadores:

Trabalhador “A”:

“Meu cotidiano é corrido: trabalho, chego em casa e mudo a roupa e venho para o colégio. Chego do colégio vou dormir, levanto cedo e vou para o trabalho. Antes era mais folgado, eu chegava em casa e não me preocupava com nada e já ia dormir só cuidava do serviço. Hoje eu trabalho inclusive nos fins de semana e no feriado, apesar disso estou muito satisfeito, pois estou realizando um sonho. No momento não tenho tempo para me divertir”.

Trabalhador “B”:

“Diariamente levanto cedo para trabalhar, volto para casa, tomo banho, café e vou para o colégio. Antes eu era mais folgado, voltava para casa, descansava, dormia cedo. Hoje vou dormir meia-noite e meia e tenho de levantar cedo no outro dia. Não me sinto mais cansado por dormir menos. Hoje divido o meu tempo entre o trabalho, a casa e os estudos, não tenho tempo para me divertir, jogar futebol ou passear. Aos sábados trabalho até às 12h, depois vou ao supermercado. No domingo vou à igreja pela manhã e à tarde estudo ou fico com a família em casa”.

Para alguns trabalhadores o ambiente educacional tornou-se um “vício”, pois antes não se interessavam pela escolarização, estavam tranquilos trabalhando seguindo sua rotina, isto é, casa – trabalho – casa. Atualmente só vivem para os estudos, a família não faz parte de sua rotina e quando questionados acham melhor agora, com toda correria e cansaço físico; relatam que quando estão de férias sentem falta da sala de aula e não sabem o que fazer ao chegar o horário da aula e estão em casa. Percebem que o horário de ir à escola passou a fazer parte da sua rotina; sendo assim não conseguem parar de estudar. Trago o relato desses trabalhadores para exemplificar o que eles chamam de “vício de estudar”:

B – Pode ser, tô todo dia na guerra, todas as noites.

A – Não sei lhe dizer que é um vício, mas sei que to gostando. Eu me sinto prazeroso, meu filho abre o caderno e disse assim eu queria fazer um trabalho aqui da fotossíntese, por exemplo. Eu digo pega ali

em tal página do meu caderno, em tal folha que ta ali tudo explicado, ele baixo o olho prá baixo e disse bá tá tudo aqui explicado. Aí eu disse bá ao invés de tu me ajudar eu é que tenho que te ajudar, rapaz.

A – Eu me sinto bem, é bom a gente poder passar aquilo que sabe, me sinto feliz, ainda depois de velho.

B – Há uma troca só entre eu e a minha filha; ela sabe mais que eu mesmo, no cálculo.

A – Não é o saber dele que eles não precisam da gente, mas às vezes eles estão lá em cima e precisam da gente.

Estes relatos mostraram-me um avanço em sua consciência, mas longe de uma consciência crítica, pois quando relatam que *“não sabe o que fazer quando não tem aula”*; que *“ é uma luta mas é gostoso”*; e que *“ não tem tempo para sair”* , logo sua rotina foi alterada; agora é trabalho-casa-escola-casa. E assim segue o ciclo, mantendo-se numa consciência fanática com relação à escolarização.

O processo educacional, seja formal ou informal, não pode ficar alheio aos problemas do emprego, nem pode se restringir a preparar ou capacitar um cidadão apenas para o emprego.

O processo educativo tem de contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano, incentivando-o e educando-o para a prática da participação individual e coletiva. Para tal, deve ser orientado para o aprender a pensar e para o aprender a aprender.

No caso brasileiro, não raro o ensino da formação profissional limitou-se a ser uma educação para o mundo do trabalho e distinguiu-se da educação técnica, contida no sistema formal, mas que oferece saídas laterais a pessoas que não têm expectativas de chegar a níveis superiores de escolaridade formal, nem possibilidade de acesso à universidade.

Essa dicotomia gerou distorções na oferta, tanto quantitativa como qualitativa de trabalhadores, na concepção e na metodologia educacional, e de treinamento, e atrasou, em muito, a prática da cidadania pelos trabalhadores.

As instituições de formação profissional atuam de forma independente e paralela aos sistemas de educação regular devido a preocuparem-se com a formação do educando para o trabalho utilizando ferramentas educacionais para tal sucesso, dedicadas quase que exclusivamente para o trabalho. Isso pode ser explicado, em parte, pela omissão do próprio poder público quanto ao controle e acompanhamento desse sistema, transferindo ao empresariado o direcionamento da oferta da qualificação profissional.

A história brasileira da educação, mostra que tanto a educação formal quanto os programas de capacitação profissional estiveram sempre dissociados de um projeto nacional de desenvolvimento. Como consequência, responderam sempre às demandas formuladas pelos agentes econômicos, sem que houvesse a preocupação de antever respostas às demandas futuras.

A formação profissional, por si, não gera emprego. Sua função é qualificar o trabalhador para ocupar emprego de qualidade ou, ainda, abrir-lhe novos horizontes ocupacionais. De qualquer forma, urge definir o projeto educacional brasileiro de comum acordo com o projeto nacional de desenvolvimento, preparando este trabalhador para interpretar a realidade através do diálogo, sem exigir que abandone suas idéias diante de novos conceitos.

5. Conclusão:

A partir de minha experiência no projeto educacional na fábrica, sobretudo, entendo, com Freire, que a consciência crítica “reconhece que a realidade é mutável” (1979, p.41), a escolarização na e a partir da fábrica produz, contraditoriamente, conscientização e adestramento: Conforme é conduzida a aula, poderei contribuir na formação do trabalhador, isto é, conscientizando e adestrando.

O trabalhador chega nesse espaço educacional “obrigado” pelo empresário e, no decorrer das aulas, sente prazer em estar nesse ambiente. Entendo que o trabalhador percebeu, no decorrer do processo, o quanto tem para apreender e também para ensinar, ocorrendo, então, a troca de informações. O trabalhador “X” expôs: *“agora tenho mais assunto. Antes de estudar as pessoas falavam sobre um determinado assunto e eu não sabia opinar discordar. Atualmente até na empresa as pessoas vêem a gente com outros olhos, pois estamos estudando.”*. Alguns concebem a escola como meio de atualização dos acontecimentos do mundo, o que, sabemos, nem sempre é verdade.

Ao realizar as observações, entrevistas e conversas informais deparei-me com três focos centrais de análise: a família, o sindicato e a escola. Centrei-me na escolarização, porque os trabalhadores passarem por uma evolução com relação ao interesse pela escolarização, isto é, antes do projeto não reconheciam importância nos estudos. Ao participar do projeto deslumbraram-se com relação aos estudos, de tal modo que não conseguem imaginar-se longe da escola, porque a vêem como único meio de qualificação e de ascensão profissional: algo fugiu de minha prática educacional, como diante da impossibilidade de mudança de uma consciência fanática para uma consciência crítica com relação à escolarização. Não consigo afirmar se isto é devido à troca de ambiente educacional, pois na escola o convívio com outros educadores e o ambiente educacional como espaço que atende aos interesses da sociedade vigente poderiam ter contribuído para o reconhecimento dos trabalhadores à importância da escolarização. Os espaços educacionais utilizam termos que reforçam o pensamento desses trabalhadores com relação à escolarização, quando incentivam a competitividade, a ascensão profissional. Lembro-me de um exemplo exposto por Brandão (2002, p. 60): Num *outdoor* de setembro, nas ruas de Campinas, uma universidade privada e confessional, convida

futuros estudantes com a promessa: “Você estará muito bem no mercado!”. Tais são os termos, tais são os tempos. Ilustra como a educação está sendo valorizada.

A escolarização oferecida pela empresa busca qualificar seu trabalhador para assim obter alguns ganhos, como o incentivo fiscal. Com isso, este trabalhador terá algo a mais para oferecer ao empregador, além de sua força, um conhecimento intelectual, em que Rossi (1980, p. 51) nos esclarece a utilidade deste conhecimento para o empregador:

O trabalhador intelectual, dedicado à pesquisa, está se aperfeiçoando a novas máquinas e equipamentos, está preparando as condições para uma mais perfeita apropriação pela empresa, dos frutos do trabalho de seus companheiros menos qualificados, que os operarão produtivamente. Logicamente, ele não tem qualquer controle sobre isso, pois as regras do sistema não dependem de sua vontade (individual), e ele mesmo estará sendo mais e mais espoliado pelo processo.

Este aprimoramento para alguns operários é visto como positivo, necessário para manter-se no emprego, no trabalho, devido a este trabalho ser vital para sua sobrevivência. Tanto o trabalhador “A” quanto o “B” expressam que sem o trabalho o indivíduo não tem “*validade*”, é um “*ninguém*”, pois o trabalho é visto como necessário para a sua formação e sua sobrevivência. Para elucidar estas idéias, sirvo-me do que Severino (1994, p.58) afirma:

O trabalho ocupa lugar fundamental na constituição da existência dos homens históricos porque sustenta a própria manutenção de sua vida biológica. Sua configuração marca, assim, a própria maneira de existir dos homens, podendo-se até mesmo afirmar que é pelo trabalho que se configura a essência humana.

Com base nesta citação, reflito sobre a busca por mais escolarização provinda agora dos trabalhadores, logo mais qualificados e mais próximos de sua humanização, partindo do princípio que “*sem trabalho o indivíduo não pode se humanizar*”, segundo Severino (1994, p. 59). Portanto, não seremos plenamente humanos se não trabalharmos, mas, trabalhar de modo que nos degrada, nos desumaniza, pois esse tipo de trabalho é alienado e alienante, levando o trabalhador a perder sua identidade, sua própria essência, reduzindo-o a uma máquina. Brandão mostra-nos o quanto esse educando encontra-se preso a esta idéia do trabalho

como meio de aquisição. A educação, assim para Brandão (2002, p.56), surgiu como aliada do trabalho, no sentido de valorização de sua mão-de-obra, expondo que:

O seu educando estuda e aprende para realizar em sua vida, ao longo de respostas objetivamente úteis e adequadamente produtivas, as intenções pessoais dirigidas a e por interesses situados cada vez mais sobre a trindade *saber-produzir-possuir*, e cada vez mais distanciadas da relação *conhecer-conviver-ser*.

Tomando o dito acima como unidade de análise, o projeto de escolarização aqui pesquisado contribuiu de modo satisfatório para a mudança na consciência dos sujeitos pesquisados, com relação a algum assunto abordado. Para exemplificar, transcrevo a fala dos sujeitos da pesquisa “A” e “B”:

Trabalhador “A”: A firma hoje me botou mais responsabilidade, era tudo que eu queria professora só que eu não consegui, pois não tinha estudo, só tinha o valor do trabalho, aquela pessoa que era trabalhadora era valorizada porque tinha muito campo de trabalho não é como hoje. E estudo pra mim é tudo pra mim eu achei que era um mundo fechado e se abriu a partir de agora que eu fechar o primeiro grau eu não vou ter medo de meter a cara e seguir os estudos, eu vou realizar muitos projetos em minha vida, pretendo. Eu hoje me sinto feliz, era tudo que eu queria, porque isso não é pra qualquer um, porque era o que eu queria, eu sonhava com isso sempre ou mais hoje ou mais amanhã eu queria estudar um pouco.

Trabalhador “B”: Boas mudanças, o que eu sabia perto do que eu sei hoje, as trocas de aprendizado com minha filha.

As citações acima mostram-nos que somente aqueles trabalhadores que estão estudando são valorizados, isto é, realizam atividades que exigem responsabilidades na empresa. Os ganhos identificados, a partir do projeto, serão utilizados para uma melhoria no ambiente empresarial. Brandão (2002, p. 56) expõe sobre esta valorização, quando diz:

Uma tal concepção de sujeito educado para a cidadania do mercado concentra a formação da pessoa nos limites da competência ético-utilitária e da técnica do/para o trabalho produtor de bens materiais e não o do construtor de mundos sociais.

A dimensão educativa pressupõe refletir sobre as atividades realizadas, sobre o trabalho, ou seja, sobre o papel do trabalhador como ser que pensa, que tem clareza dos objetivos a serem alcançados, que busca dominar e aperfeiçoar o processo de trabalho, apropriando-se do produto que é fundamental para sua vida. Tomando Marx (1983) para a reflexão, essa é uma condição indispensável para a

conquista da liberdade e da livre criação. Um fator que não foi analisado nesta pesquisa e que na análise destes dados surgiu, foi da influência da vigilância, do controle por parte da empresa sobre os seus operários, indiferentemente do ambiente onde se encontram estudando. Este aspecto será analisado em futuras investigações.

6. Referências:

ANTUNES, Ricardo (1995). **O novo sindicalismo no Brasil**. 2ª ed. Campinas S.P: Pontes.

_____, Ricardo (1998). **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 5ª ed. Campinas, S.P. Cortez.

_____, Ricardo (2000) **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio **A cidadania Negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. S.P. Cortez.

AQUINO, Julio Groppa (org.) (1999). **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo. Summus.

APPLE, Michael; NÓVOA, António (1998). **Paulo Freire: Política e Pedagogia** Portugal. Porto Editora.

ARROYO, Miguel G. (1991) **Reverendo os vínculos entre trabalho e educação: Elementos materiais da formação humana**. In: **Trabalho, Educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. TROMPSON, E. P; BRIGHTON, L. P. Group; MANACORDA, Maria; LERENA, Carlos; NOSELLA, Paolo; ARROIO, Miguel G.; ENGUITA, Mariano F.; FRIGOTTO, Gaudêncio; SILVA, Tomaz T. da (Org.) (1991). PoA. Artes médicas.

BUARQUE, Cristovam (1991). **O colapso da modernidade brasileira; uma proposta alternativa**. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (2002). **A educação popular na escola cidadã**. Rio de Janeiro. Vozes.

BRAVERMAN, Harry (1987) **Trabalho e Capital Monopolista A Degradação do Trabalho no século XX**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de (1999) **A educação cidadã na visão empresarial: o telecurso 2000**. Campinas S.P. Autores associados.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (2004). **Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola**, Revista Brasileira de Educação, ANPED, nº 25, p. 94-104, jan./abr. Autores associados.

CATANI, Afrânio Mendes (1999). **O que é Capitalismo**. 34ª ed. São Paulo. Brasiliense.

CATTANI, Antônio David (1996). **Trabalho & Autonomia**. Petrópolis. Vozes.

CHINOY, Ely. (1975) **Sociedade uma introdução à sociologia**. 4ª ed. São Paulo, Ed. Cultrix.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert (1996). **Neoliberalismo, crise e educação**. In: **Universidade e Sociedade**. 6ª ed. São Paulo, p. 75- 81.

DUARTE JUNIOR, João Francisco Duarte (1981), **Fundamentos estéticos da educação**, São Paulo. Cortez: autores associados; p. 128.

ENGUITA, Mariano Fernández (1989) **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre, Artes Médicas.

FRANCO, Luiz Antônio Carvalho (1991) **A escola do trabalho e o trabalho da escola**. 3ªed. São Paulo, Cortez, Autores Associados.

FREIRE, Paulo (1979). **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra,

_____ (1980). **Conscientização. Teoria e Prática da liberdade. Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire**. 3ªed. S.P, Centauro.

_____ (1987). **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 183p.

_____ (1996). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 18 ed. São Paulo, Paz e Terra, 165 p.

_____ (1997). **Política e educação**. São Paulo, Cortez.

FRIGOTTO, Gaudêncio (1984). **A produtividade da escola improdutiva Um (RE) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo. Cortez: autores associados.

_____ (1995). **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo, Cortez.

_____ (2001) **Estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho e educação** Revista Trabalho & Educação, NETE, FAE, UFMG, nº 9, p. 15 a 26, jul/dez.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs) (2006) **A formação do Cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.), FRIGOTTO, Gaudêncio; ENGUITA, Mariano F.; APPEL, Michael W. (1996). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação – Visões críticas**. . 4ªed. Petrópolis, Vozes.

GENTILI, Pablo (1998). **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, Vozes.

_____, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (1999) **A cidadania Negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. S.P. Cortez

GHIGGI, Gomercindo; HACK José Lino; TAMBARA, Elomar; (1992), pg.31 **Representação de trabalho e educação**, Artigo de Conclusão de Especialização na Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

GHIGGI, Gomercindo; TAMBARA, Elomar e Hypolito, Álvaro Moreira (1993). **Trabalho, Conhecimento e formação do trabalhador**. Pelotas. Universitária, UFPel.

GIDDENS, Anthony (2005) **Sociologia**. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed.

GIL, Antônio Carlos (2002), **Como Elaborar projetos de Pesquisa**. 4ªed. São Paulo. Editora Atlas S.A. 175p.

GOMEZ, Carlos Minayo; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO, Miguel e NOSELLA, Paolo (2004) **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**, 5ª Ed, São Paulo, Cortez, 92p.

GONÇALVES, Francisca dos Santos (1997) **Educação, Trabalho, Cidadania, e Qualidade Social**. Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte, nº 1, p. 49 à 55, fev/jul.

HANDFAS, Anita (2006) **Década de 1990: A reestruturação produtiva e a educação do trabalhador**. In: **A formação do cidadão produtivo - A cultura de mercado no ensino médio técnico/orgs**. Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta. – Brasília: INEP, p. 221-236.

HYPOLITO, Álvaro Moreira (1999). **Trabalho Docente e profissionalização: sonho prometido ou sonho negado?**. In: **Desmistificando a profissionalização do magistério**. CUNHA, Maria Isabel da; VEIGA, P. A. (Orgs) - São Paulo, Papirus, Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico.

KUENZER, Acácia Zeneida. (1989) **Pedagogia da Fábrica**, 3ªed, São Paulo, Cortez.

KONDER, Leandro (1995). **As idéias socialistas no Brasil**. São Paulo, Moderna, LEAL, Rosângela Maria de Almeida Camarano (2002) **O mundo do trabalho e novas exigências no plano comportamental: o “saber relacional” em questão** Revista Trabalho & Educação, NETE, FAE, UFMG, nº 10, p. 103-120, jan./jun.

LEHER, Roberto, (1997). **Educação e tempos desiguais: Elementos para uma reconstrução da problemática**, Revista Trabalho & Educação, NETE, FAE, UFMG, nº 1, p. 49-55, fev./jul,

LOPES, Luiz Roberto. (1980). **História do Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre. Mercado Aberto,

MANACORDA, Mario Alighiero, (1991). **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo. Cortez,

MARX & ENGELS. (1983). **Texto sobre educação e Ensino**. São Paulo, Moraes,

OLIVEIRA, Admardo Serafim de (1996). **Educação: redes que capturam caminhos que se abrem**. Vitória. EDUFES.

OLIVEIRA, Ramon de (2003). **O empresariado industrial e a educação**, Revista brasileira Educação, ANPED, - jan/fev/mar/abr, nº 22, Universidade Federal Pernambuco.

PINO, Mauro Del (1997) **Educação, trabalho e novas tecnologias: as transformações nos processos de trabalho e de valorização do capital**. Pelotas, UFPel.

PINTO, Álvaro Vieira, (1984) **Sete lições sobre educação de adultos**. 2ª ed. São Paulo, Cortez.

RODRIGUES, José (2005) **A educação e os empresários: o horizonte pedagógico do capital**. In: **A experiência do trabalho e a educação básica**. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTO, Maria (Orgs) – 2ª ed. Rio de Janeiro, DP&A.

ROSSI, Wagner Gonçalves, (1980) **Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista**. 2ª ed., São Paulo, Moraes.

SEVERINO, Antônio Joaquim. (1994) **Filosofia da Educação: construindo a cidadania**. São Paulo. FTD.

SILVA, Márcia A. da (2002). **Rodoviário na escola: entre a exclusão e a inclusão**. Pelotas, 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

TROMPSON, E. P; BRIGHTON, L. P. Group; MANACORDA, Maria; LERENA, Carlos; NOSELLA, Paolo; ARROIO, Miguel G.; ENGUITA, Mariano F.; FRIGOTTO, Gaudêncio; SILVA, Tomaz T. da (Org.) (1991) **Trabalho, Educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. PoA. Artes médicas.

VALE, Ana Maria do (2001). **Educação Popular na Escola Pública**. 4ª ed. São Paulo, Cortez.

VERÍSSIMO, Mariana (2001) **Escolarização na empresa: contradições que possibilitam novos sentidos e significados** Revista Trabalho & Educação, NETE, FAE, UFMG, nº 9, p. 93-113, jul/dez.

VIEIRA, Alberto dos Santos; ALVES, Edgard Luiz Gutierrez, (1995) **Qualificação Profissional: Uma Proposta de Política Pública** JUNHO.

WILLIS, Paul (1991) **Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social**. Porto Alegre, Artes médicas, 239 p.

APÊNDICE

7.1 Roteiro para entrevista com os pesquisados, totalmente estruturada:

- 1 – Por qual motivo parou de estudar? Em que série?
- 2 – Por que retornou à sala de aula?
- 3 – Que importância tem o estudo para você?
- 4 - Relaciona sua função na empresa ao grau de estudo que possui ?
- 5 – Como percebe a iniciativa da empresa quando oferece escolarização?
- 6– Que diferença faria em sua vida, e na empresa, ter mais estudo?
- 7- Para que serve o estudo?
- 8– Existe relação entre educação e trabalho que você realiza na Empresa?
- 9 – Você acha que a Empresa tem algum ganho ao oferecer este projeto? Qual?
- 10 – Que diferença você vê para a empresa em ter um operário instruído com o 2º Grau, Faculdade, e outro que não tem estudos, para operar uma máquina, para empacotar, etc?
- 11- Por que várias empresas estão oferecendo projetos educacionais para seus trabalhadores, em seus ambientes de trabalho?
- 12– Por que esta mudança com relação à importância do estudo para os empresários atualmente?
- 13– Será que esta mudança tem a ver com o sistema econômico que vivemos?
- 14– A importância do estudo para os empresários estaria ligada à concorrência de mercado?
- 15– Se a empresa tem funcionários mais qualificados, terá mais produção?

7.2 Fotografias de alunos em salas de aulas



Trabalhando em grupo na sala de aula, na escola.



Colocando em prática alguns conceitos matemáticos.



Colocando em prática alguns conceitos matemáticos.



ANEXOS

Anexo 8 Textos criados pelos sujeitos da pesquisa:

8.1 Trabalhador A

8.2 Trabalhador B